



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO

Deliberado APROVAR / REJEITAR
por Unanidade

15.6.2022

ACTA N.º 09/2021-2025

Sessão Ordinária de Abril

2.ª Reunião – 13/05/2022

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pela Segunda Secretária, Irene Maria Ribau Esteves Tavares, contando com a presença dos seguintes Membros diretamente eleitos: pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário e António José Flor Agostinho; pelo Grupo Municipal do Movimento Independente de Cidadãos 'Unir Para Fazer', José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Cláudia Cristina Fernandes Reigota, Daniela Ribeiro Alegria, Ernesto Manuel Vidal Garrelhas, e João Pedro Ribau Casqueira; pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, Diana Catarina Anastácio Gandarinho, António Pedro Oliveira Martins, e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho; e pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA, Sérgio Louro.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luis Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo); Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação); Carlos António das Neves Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal, os eleitos Hugo Filipe Casqueira Coelho e André Filipe Casqueira Guimarães (PSD) foram substituídos pela segunda e terceiro sucedâneos na lista de candidaturas, Sara Marina Tomé Fernandes e Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso, respetivamente; os eleitos Ana Raquel Gomes São Marcos Simões e Pedro Miguel Cristo Graça (UPF) foram substituídos pela primeira sucedânea e pelo segundo sucedâneo na lista de candidaturas, Mariana da Silva Lopes e Rui Manuel da Rocha Rufino, respetivamente; e os eleitos Pedro José Catarino Senos Tróia, Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo e Modesto Manuel dos Santos (PS) foram substituídos pelo quarto, quinto e sétimo sucedâneos da lista de candidaturas (justificadas as ausências da segunda sucedânea da lista, Carla Madaíl, e da terceira sucedânea, Mariana Alvelos Silva), Alfredo Joaquim Alves de Sousa, Sónia Alexandra Fernandes Gomes e Gabriel de Almeida Fernandes – justificada a ausência do sexto sucedâneo, Miguel Ângelo Andrade), respetivamente .
(04':53")

Pela Câmara Municipal de Ílhavo estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Tiago Manuel Morais Lourenço; Paulo Sérgio Ferreira Nunes e Sérgio Manuel de Jesus Lopes.

Esta segunda reunião da Sessão Ordinária de Abril retomaram a discussão do Ponto 3 da Ordem do Dia:

Ponto 3. Apreciação da comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01FEV22 a 31MAR2022;

Ponto 5. Apreciação e votação da Proposta de celebração de "Protocolos de Colaboração e Concessão de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para 2022";

Ponto 6. Apreciação do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição 2021;

Ponto 7. Apreciação e votação da proposta de Regulamento das Transmissões da Assembleia Municipal de Ílhavo e Alteração do n.º 2, do artigo 60.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte a gravação áudio)

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Antes de se confirmarem as presenças, o Presidente da Mesa convidou o eleito Domingos Vilarinho, do Grupo Municipal do PS para ocupar o lugar de segundo Secretário da Mesa, tendo a segunda Secretária, Irene Ribau (PSD), assumido as funções de primeiro Secretário, dada a ausência do eleito Pedro Tróia (PS).

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (0':08")

«Minhas senhoras e meus senhores, queiram tomar os vossos lugares. Boa noite, Caras e Caros Membros desta Assembleia Municipal. Boa noite Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores. Boa noite ao público aqui presente, sejam bem-vindos. Boa noite à nossa Comunicação Social, presente. Vamos dar início à segunda reunião da Sessão Ordinária de Abril.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04':30")

«Gostaria de vos informar que chegou uma solicitação à Mesa, por parte do elemento do CHEGA, para um direito de resposta, ainda relativo à segunda reunião da Sessão da Assembleia Municipal de Fevereiro, na qual não pode estar presente. A MESA reuniu, não queremos deixar de dar esta possibilidade ao elemento do CHEGA de usar da palavra. Vamos é ceder-lhe 3 minutos no final dos trabalhos de hoje. Colocava à consideração do Plenário se há alguém que se oponha a esta decisão da Mesa. Pedia à nossa 2.ª Secretária o favor de proceder à chamada.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Período da “Ordem do Dia”

Ponto 3. Apreciação da comunicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal no período compreendido entre o dia 1 de fevereiro de 2022 e o dia 31 de março de 2022.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (06':46")

*«Muito obrigado. Vamos então avançar. Como devem estar recordados, na passada sexta-feira aprovámos os pontos 1, 2 e 4, com a devida aprovação da alteração da ordem dos trabalhos, por uma gestão de tempo. Vamos então retomar a Ordem do Dia e a respetiva ordenação dos assuntos, com a apreciação do Ponto 3: “**Apreciação da comunicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal no período compreendido entre o dia 1 de fevereiro**»*

de 2022 e o dia 31 de março de 2022". Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do documento.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (07:35")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite todos os Autarcas, o público, a comunicação social. Neste ponto eu ressaltava, para além de achar que o documento tem vindo a sofrer as melhorias que nós preconizávamos desde o início da apresentação deste processo, aquilo que tem sido o trabalho do nosso atendimento da Câmara Municipal de Ílhavo. Hoje mesmo comemorámos, na CIRA, o fecho do processo RAD – Região de Aveiro Digital. Dar só uma nota do gráfico comparativo do número de atendimentos, comparado com 2021, e ver a vantagem que hoje a Câmara já tem na introdução dos formulários online e a adesão das pessoas a este serviço. Em fevereiro e março de 2021 registavam zero entradas por esta via, e em fevereiro deste ano registaram-se 152 entradas e em março 161. É um trabalho que valoriza os técnicos da Câmara, que valoriza os técnicos da CIRA, valoriza as equipas multidisciplinares que foram criadas. Deixaria só esta nota porque acho que é relevante para o período em que estamos e que faz desta evolução digital, da informação e da tecnologia, uma força que temos hoje para liderar e propor às nossas pessoas, aos nossos cidadãos. É, também, uma maneira de estarmos mais próximos, com toda a documentação, das pessoas que, muitas vezes, estão impedidos – por exemplo, pelo aumento de casos COVID – de se deslocarem aos nossos serviços para tratarem dos seus assuntos. Muito obrigado, Sr. Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09:24")

«Muito obrigado. Abrimos o momento das inscrições para a primeira ronda de intervenções neste ponto. Vamos dar continuidade à rotação da ordem das intervenções. Começamos pelo PSD, sendo que o último Grupo Municipal a intervir será o UPF, tal como concluímos na última reunião.»

Flor Agostinho - PSD: (10:48")

«Boa noite a todos. Cumprimentar o público. Cumprimentar todos os colegas. Sr. Presidente, muito rápido. Gostava de colocar duas ou três questões. Uma delas tem a ver com a aquisição de um minibus, que tivemos conhecimento através da leitura do texto, e que vai custar à Câmara cerca de 103 mil euros. Gostávamos de saber se tem alguma participação financeira de algum projeto, ou de alguma candidatura ou de algum apoio suplementar para a aquisição, já que, tal como refere o relatório, foram adquiridas duas viaturas elétricas em 2019, outras duas em 2020 e duas em 2021. Eu não sei se isto é repetitivo ou se, efetivamente, se compraram as seis. Tanto quanto eu sei aquelas foram participadas porque, na altura, havia uma linha de crédito que permitia às autarquias adquirirem equipamentos elétricos.

Uma segunda questão que já foi aqui referida, em reuniões anteriores, é a situação dos passadiços da Barra. Mais uma vez para lamentar a situação em que aquilo se encontra. Tanto quanto percebemos, em troca de conversas com o engenheiro Emídio Barros da Agência Portuguesa do Ambiente – Coimbra, eles resolveram tudo o que tinham a resolver com a Costa Nova, com os passadiços da Costa Nova que estão regularizados, estão limpos. Já os da Barra estão numa situação calamitosa. A altura da areia está ao nível, não é do passadiço, mas do apoio. Acho que estes fins de semana as praias têm sido concorridas e acho que é um espetáculo degradante com uma coisa que se resolve,

acho eu, tecnicamente facilmente, porque era assim que a APAmbiente resolvia anteriormente, com 4 ou 5 mil euros e uma máquina. Pelo menos, pelo que eu falei com uma empresa que lá andou a trabalhar, e o assunto era resolvido com a remoção de toda aquela areia numa semana, ou coisa parecida. Eu acho que é um espetáculo degradante que estamos a dar àqueles que nos visitam e acho que a Câmara devia fazer um pequeno esforço para tentar regularizar aquela situação que choca a todos nós, enquanto munícipes ou quando comentamos e falamos com as pessoas que nos visitam, para além dos donos dos bares. Algumas destas situações verificam-se frente a alguns dos bares mais emblemáticos da nossa Praia da Barra. Sr. Presidente, agradecemos imenso que resolvesse esta situação.

Depois, dar a ideia que já nos estamos a habituar ao novo registo desta informação. Já o tínhamos lamentado na reunião anterior. Mais do que vir aqui dizer que participou nesta ou naquela reunião com esta ou aquela entidade, nós gostávamos que o Sr. Presidente nos desse conhecimento de qual foi o resultado da participação na reunião. Como acabou de o fazer agora, e muito bem, em relação à CIRA. Eu lembro-me, perfeitamente, das discussões que tivemos na CIRA relativamente à digitalização e à uniformização dos procedimentos por parte de todas as autarquias, e o trabalho que estava a ser desenvolvido. Fico muito contente que tenhamos, agora, os seus resultados à vista, porque todos os 11 Concelhos vão beneficiar desse trabalho integrado. Gostávamos era que o Sr. Presidente, assim como nos deu conhecimento desse processo da CIRA, nos desse conhecimento de outros assuntos de outras reuniões em que participa e que nos fizesse uma súmula do resultado, ou das candidaturas, ou do que é que está previsto, ou do que é que não está previsto. Nomeadamente, falamos de uma página, no PRR, “Acessibilidades a 360” e, depois, é referido, muito sumariamente e ficamos sem saber que tipo de intervenções é que a Câmara pretende desenvolverão nível daquele PRR, daquelas candidaturas. Uma tem a ver com intervenção no ambiente – devem ser as acessibilidades – mas pronto... gostaríamos que nos explicasse mais, ou que escrevessem uma pequena frase isto tem como objetivo isto assim e assim.

Depois, também dar nota que registamos, com algum agrado, o desenvolvimento das ações que vêm sendo realizadas pela Câmara. Só que também realizar as ações e mudar-lhes o nome, mas as ações continuarem a ser, basicamente, a mesma coisa. Acho que mudar o nome por mudar o nome não faz sentido. Gostava de perguntar, a este nível, se a Rota das Padeiras que, este ano, por força – tanto quanto é aqui explicado – do Carnaval não se pode realizar em Vale de Ílhavo e foi transferido para o centro, se, para o ano, retoma o procedimento anterior. Ou seja, se voltamos a ter uma Rota das Padeiras junto das padeiras, em Vale de Ílhavo, a visitar as padeiras, a visitar os fornos, e a realizar as coisas mesmo junto das padeiras. Pese embora tudo aquilo que foi dito à volta do que se passou, aqui, no Centro de Ílhavo, eu ouvi algumas críticas por parte de alguns colegas, porque, a determinada altura as coisas estavam fechadas, havia filas, e quando é realizado lá, no local, lá em Vale de Ílhavo penso que não há falhas porque as Padeiras estão sempre a produzir o pão e o foliar. Quando viemos para o centro, houve um período morto, e quando as pessoas vieram e quando chegaram ficaram em filas e não puderam usufruir daquilo que pretendiam. Portanto, a pergunta é saber se retomamos a fase inicial ou se vamos manter o registo do atual.»

Margarida Alves - PSD: (17:30”)

«Caro Presidente da Mesa, respetivos Secretários. Caro Presidente da Câmara, respetivos Vereadores do Executivo. Membros da Assembleia Municipal de Ílhavo. Caro Público. Comunicação Social. Boa noite a todos. Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, da atividade do Sr. Presidente. Na última reunião evoquei, em nome do Partido Social Democrata, as comemorações do 48.º aniversário do partido, um partido

democrático e livre – acho que muitas pessoas não percebem o que é ser democrata e livre, mas isso é a interpretação de cada um – qual não é a minha surpresa quando a Atividade que o Sr. Presidente nos apresenta refere que foi feito um Parlamento Jovem, numa sessão municipal, sem qualquer convite endereçado a esta Assembleia Municipal, nem que fosse na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, conforme tem sido apanágio.

Até porque o Parlamento Jovem que se vê na Assembleia da República é o Presidente da Assembleia da República que está presente, e que explica como é que funciona a Assembleia da República, como é que são as bancadas, o que é que são os grupos de trabalho, o que é que são as Comissões Parlamentares, o que é que pode ser uma Conferência de Líderes, como é que os Grupos Parlamentares se organizam. Se é um Parlamento para os Jovens, é sobre Parlamento que nós devemos falar. E o órgão autárquico parlamentar é a Assembleia Municipal de Ílhavo, não é a Câmara Municipal de Ílhavo. Gostaria que isto não tivesse acontecido, mas a verdade é que aconteceu. Cerca de 14 jovens ficaram sem saber que existe uma Assembleia Municipal de Ílhavo. Isto preocupa-me como autarca deste Município, como membro desta Assembleia Municipal. Há erros que não são de bancada, nem de treinador. Mas, aqui, de facto, a Assembleia Municipal e as suas quatro bancadas que estão aqui presentes não foram, no mínimo, respeitadas. O Presidente e os Secretários desta Assembleia Municipal, democraticamente eleitos, deveriam ter participado nesta atividade para que os jovens, de facto, entendam qual é a importância de uma Assembleia Municipal.

E quando vier a transferência de competências, quando se concluir o processo de descentralização, o porquê de este estar a acontecer, o porquê do processo de regionalização não poder ser aplicável, porque obriga a voto por referendo... com certeza que o Sr. Presidente de Câmara não falou nisto tudo, mas, se cada um de nós, estivesse presente, ou o Presidente da Assembleia Municipal estivesse presente, estes assuntos seriam debatidos e 14 jovens sairiam daqui mais esclarecidos, relativamente ao Parlamento Jovem.

Existem organismos próprios para fazer isto e, caro Presidente da Câmara, não é da competência do Sr. Presidente da Câmara, nem do Executivo, fazer este tipo de esclarecimento sozinho. Este esclarecimento é democrático e tem que ser aberto aos eleitos pelo povo. Que estão aqui, somos todos nós. Lamento imenso que esta Assembleia Municipal não tenha sido tida em conta na pessoa do Sr. Presidente e dos líderes de bancada.

Relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, realizou-se uma reunião, no dia 9 de março, no Museu Marítimo, onde estiveram representadas as juventudes partidárias. Mas eu gostaria que isto fosse alargado a todos os partidos que estão com secções no Concelho de Ílhavo – e mais à frente, noutra oportunidade, falarei também disto.

Termino, dizendo que, quando nós falamos de programa de vocação e de emprego, a Câmara Municipal deve chamar todos os atores, seja empregador, seja trabalhador, a este tipo de ações. Existem organismos representativos de trabalhadores, nomeadamente sindicatos e comissões de trabalhadores (presumo que o Sr. Presidente da Câmara tenha conhecimento) que poderiam ajudar a fazer este tipo de programa, porque não são só as entidades patronais – sem as entidades patronais não existem trabalhadores e sem trabalhadores não existem as entidades patronais - mas sim esta conjugação de forças, que eu acho que não foi feita. E, mais uma vez, esta crítica não foi só a este Executivo – também já o tinha feito no Executivo anterior – que é o ignorar que os trabalhadores também têm representatividade na sociedade e não são convidados à participação neste tipo de atividades que são de esclarecimento e de vocação. Obrigado.»

Diana Gandarinho - PS: (23:04")

«Boa noite a todos os presentes. Queria levantar duas questões a propósito deste documento. A primeira, sobre a participação na Expo2021, no Dubai. Foi com estranheza que vimos esta atividade resumida a uma linha, tendo em conta a alta representação nesta visita. E gostaríamos de entender melhor a experiência, os objetivos traçados, perceber se acrescenta impacto às nossas políticas direcionadas para o turismo.

A segunda questão é a propósito da interrupção do corte dos relvados. Eu louvo a atitude, tal como muitos municípios com a veia ambientalista viram a esperança renovada. Acho que isto também acrescentar à consciência dos mais distraídos nesta matéria. No entanto, existiram alguns comentários, que me parecem bastante sensatos, de que o planeamento não contemplou a utilização dos espaços pelo cidadão.

Adicionalmente queria ainda questionar, muitos ambientalistas e ativistas gostariam de saber, se esta ação de 'não corte da relva' pertence a uma estratégia integrada de conservação da natureza no Município e como é que esta estratégia está a ser desenhada. Obrigada.»

Pedro Martins - PS: (24:29")

«Obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos. Venho aqui só dar nota de uma questão. Há poucos meses, aqui, na Assembleia Municipal, o PS, na minha pessoa, referiu que seria interessante a Câmara Municipal adquirir um terreno, ali, na Gafanha da Nazaré, no cruzamento da Igreja – parece-me que todos conseguem identificar – na Avenida José Estêvão, um gaveto que os naturais da Gafanha da Nazaré conhecem pelas 'caçoilas', porque tem uma loja, já encerrada, que era conhecida pelas "caçoilas". Sugerimos isso porque pensamos, e volto a dizê-lo, a cidade da Gafanha da Nazaré, uma das duas cidades do Município, precisa – o seu centro, aquela Avenida José Estêvão – de centralidades e, por essa via, de requalificar o espaço público. Isso foi aqui referido, pelo PS, por ser um investimento que consideramos interessante. Claro que exige dinheiro, exige investimento. Registamos, depois disso – não é que entremos aqui nos campeonatos de quem tem as ideias primeiro... não é isso que interessa, o que interessa é que as coisas se façam – mas registamos com agrado que, no âmbito deste período da atividade municipal comemorou-se o 21.º aniversário da elevação da Vila da Gafanha da Nazaré a Cidade, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré ter, também, referido isso mesmo. E não estamos aqui no campeonato das primeiras ideias, de quem se lembra de se fazer isto ou aquilo. Eu até admito que tenha havido alguém que já tivesse alvitado essa possibilidade, estudado essa eventualidade. Mas registamos com agrado, como dizia, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré tenha chamado a atenção para essa possibilidade. Acrescentando uma ideia que também não é descabida. Que é o facto de, adquirido esse terreno, poder pensar, projetar e construir a nova sede da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, naquele local. Não há dúvida nenhuma que esta ideia, diria eu, é mais do que interessante. Exige-se, realmente. A Cidade da Gafanha da Nazaré exige esse tipo de investimento. Eu gostava de recordar que já na "Sociedade + Ílhavo", portanto, já lá vão alguns anos – isto foi, se não estou em erro, no mandato de 2005 / 2029, presidido pelo engenheiro Ribau Esteves, que na altura foi criada essa "Sociedade + Ílhavo", que era uma PPP, essas PPPs de tão má memória. Mas, nessa altura, entendeu-se que era uma forma de canalizar investimento público-privado - a Câmara Municipal em associação com empresas privadas - para fazer obra neste Município. E uma das obras que estava prevista na altura era, precisamente, requalificar aquele centro da Gafanha e, naquela zona da Junta de Freguesia atual, que tem o parque de estacionamento atrás, a ideia – daquilo que me recordo do projeto – era recuar a sede da Junta de Freguesia para o espaço que é agora o parque de

estacionamento, recuando para norte e criando um espaço à frente, dignificando, de certa forma, uma futura sede da Junta de Freguesia. Convenhamos que a atual sede, o atual espaço da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, cumprindo o seu desígnio e estando ao serviço das populações, das Associações, além da atividade normal e corrente da Junta, aquela sede, aquele espaço já não é, por assim dizer, suficiente para as necessidades daquela Freguesia, que é uma freguesia muito populosa, como todos sabemos, e cheia de atividade. Este anseio não é recente, é antigo, de procurar, na verdade, criar centralidades na extensíssima Avenida José Estêvão. Neste caso, acho que não é despropositada essa ideia que o Presidente Carlos António referiu de poder, nesse espaço, que tem que ser, naturalmente, adquirido aos privados, projetar e construir a sede da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré. O PS está de acordo com aquilo que foi referido pelo Presidente da Junta e gostávamos de deixar nota pública dessa ideia e desse projeto. Obrigado.»

Mariana Silva Lopes - UPF: (29:37")

«Boa noite a todos os presentes. Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Mesa. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara e Vereação. Ex.mos Membros da Assembleia. Ex.mo público aqui presente. Neste ponto da Ordem de Trabalhos focamos a nossa atenção na Atividade Municipal relativa aos últimos meses. Destacamos alguns aspetos que nos parecem mais relevantes.

Salientamos, assim, o êxito da iniciativa Feira do Emprego e Formação – “Safa-te!” – que decorreu no dia 30 de março, como forma de promoção da empregabilidade, empreendedorismo e qualificação profissional. Comparando com anos anteriores, esta iniciativa teve um grande número de interessados, o que é bom, não só para os ilhavenses envolvidos na procura de emprego e formação, mas também e constitui como um importante momento de fortalecimento de sinergias com as entidades empregadoras e formadoras da Região. Que continuem estas iniciativas e que possamos, a médio e longo prazo, o seu impacto.

Quanto à qualificação de espaços do Município é com agrado que atestamos a criação de um grupo de trabalho que irá trabalhar sobre um programa de requalificação da área do relvado da Costa Nova e a criação de posto de carregamento de veículos elétricos, iniciativas estas que sempre apoiámos.

Numa outra área, não menos importante, antes pelo contrário, a da modernização administrativa percebemos que se encontram a ser implementadas novas práticas de atendimento presencial e online, tal como já foi aqui referido pelo Sr. Presidente, de forma a desburocratizar determinadas áreas também consideramos importante realçar o esforço para a diminuição do volume de papel a utilizar, numa lógica de transição para o digital. É importante não só em termos ambientais, como de eficiência do uso de recursos e de tempo.

Pensando, também, nos trabalhos da Câmara, ficámos com a indicação importante de que uma das obras adjudicadas é a da remodelação e compartimentação das áreas de trabalhos no interior do edifício da Câmara.

Queremos ainda mencionar a importância do início das atividades do Conselho Municipal de Juventude, também já aqui referido, dado que se compreende a necessidade de investir neste público, nomeadamente quando se percebe que este grupo, numa iniciativa levada a cabo, identifica uma fraca divulgação das atividades municipais no meio juvenil. A isto, adiciona-se a importância de se promover o envolvimento ativo dos jovens na vida do Município, de uma forma geral, e no associativismo, de uma forma mais particular. Estas iniciativas podem ser promotoras desse trabalho, tal como se demonstra a importância de se envolver as famílias. Exemplo disso, foi o Festival Papagaio que decorreu em abril.

Por outro lado, e também salientamos isso, a aposta no público sénior do Município através das múltiplas ações desenvolvidas nos últimos meses, no Laboratório do Envelhecimento e noutros programas do Município, para este público, direcionado para este público mais sénior.

Queremos, também, deixar aqui uma nota ao Executivo e a todos os funcionários envolvidos nas atividades do SEMI pela multiplicidade de espaços e de ofertas educativas propostas, com crescente afluência no futuro próximo após o levantamento das restrições relativas à COVID.

Destacamos também o trabalho desenvolvido no Estaleiro Científico, não só pela procura crescente que está a ter. Podemos falar aqui nas 45 sessões, com 606 crianças e 91 adultos participantes, além de 27 turmas do 3.º e 4.º anos, que participaram na atividade "O Estaleiro vai à Escola", no mês de março. Mas também pela avaliação muito positiva das atividades.

Achamos que na educação, na área da educação, temos aqui mais um assunto co bastante relevo para falar, mas diremos mais à frente. Obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (34':00")

«Muito obrigado, Mariana. Findas as intervenções nesta primeira ronda, dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que achar convenientes.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (34':09")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar não me esquecer de dar as respostas necessárias a alguns assuntos, visto que algumas das situações levantadas não têm qualquer resposta porque o documento é muito claro sobre essas matérias e sabemos muito bem a base regulamentar que faz com que se elaborem Conselhos ou Parlamentos Jovens.

Eu deixaria aqui uma nota sobre o minibus. Foi uma tomada de decisão no mercado e é um investimento 100% da Câmara, não há financiamento porque se trata de uma viatura que irá consumir menos combustíveis fósseis que as atuais que temos. E também permitirá o transporte de crianças, que é uma coisa que, neste momento, a partir do dia 16, Câmara estará inibida de fazer. Tivemos uma concessão de um prazo de seis meses para um dos nossos autocarros e que terminará agora. Portanto, temos esta necessidade e avançámos com esta aquisição no mercado.

Relativamente às viaturas elétricas, eu espero que elas sejam seis no final disto tudo. Tem aqui um programa que é o do Fundo Ambiental. A questão das duas estão aprovadas, estão mais duas, neste momento em aprovação, e há ainda uma candidatura de mais duas para avançar ou já avançou. Só que o Fundo está com um atraso de 365 dias, ou mais, na informação que nos têm que enviar relativamente às candidaturas que estavam feitas e às quais nos vinculámos após entrarmos na Câmara. Relativamente aos passadiços da Barra, três notas importantes. Os passadiços da Barra tiveram um processo, em anos anteriores, de duas limpezas - limpavam-se muito antes da Páscoa e depois tinha que se voltar a fazer outra limpeza - nós, pela situação que todos conhecem, pelo Orçamento que foi criado e que foi apresentado e discutido nesta Assembleia, tomámos, por posição, fazer só uma limpeza que começará esta semana. Com essa limpeza daremos a resposta que deseja e que fique bem. E que não venham, por aí, mais nortadas para depois se acumularem nos passadiços. Nós estivemos lá esta semana. Estranho um bocadinho essa sua informação relativamente à Agência Portuguesa do Ambiente porque estivemos reunidos com eles, numa boa parte de uma manhã, na terça-feira, e não nos foi referido nada disso. Mas, de qualquer maneira, fica

o registo. Claro que nem todas as pessoas que estiveram connosco terão estado consigo. Estivemos agora a ver esta questão e ficou resolvido desta forma.

Quanto àquilo que são as candidaturas. Nós o que estamos a tentar é que alguns dos processos que nós encontramos, que possam estar já dentro das acessibilidades que nós antevemos como bem-vindas para o nosso Município, venham a criar muitas mais estratégia de acessibilidades. Há esta possibilidade de nós nos candidatarmos a este projeto 'Acessibilidades 360'. Ainda está em curso esta candidatura, portanto, ainda não lhe posso dar mais detalhes sobre todo o processo. Logo que ele esteja fechado e apresentado poderemos dar esses detalhes sem problema algum.

Relativamente às ações da Câmara. Fico contente de observar na bancada do PSD um registo de agrado por esta questão e, também, a questão que frisou sobre o documento que apresentamos aqui com algum agrado. No entanto, eu gostaria de lhe referir que não temos intenção nenhuma de alterar coisas que já fizemos. A Festa do Pão registou mais de 12 mil pessoas no centro de Ílhavo. Infelizmente, a condição que temos hoje das nossas padeiras sempre se registou em festas passadas. Eu também fui um promotor deste tipo de festas, enquanto Presidente da Junta, e em Vale de Ílhavo sempre se registou esta ausência, a meio da festa, da falta de produtos para comercializar, porque, muitas das vezes, até, algumas padeiras fabricavam para os dois dias e não iam buscar para ter no outro dia. Estamos a tentar uma estratégia que possa resultar melhor, no ano que vem. Nós pedimos, a todas as nossas padeiras, um reforço para o domingo, mas, mesmo assim, não conseguimos aguentar mais que uma hora e quarenta de venda. No entanto, ficamos contentes com isto. Acho que fizemos um bom trabalho. Não acabámos com a Rota porque ela começou em Vale de Ílhavo na quinta e na sexta-feira. Vamos continuar a articular com os nossos parceiros estes projetos e tomaremos sempre decisões de forma a que o êxito do passado se reflita ainda melhor no futuro. Esse é o trabalho que assim desejo, das minhas equipas, dos Vereadores que estão comigo. É isso que nós queremos.

Relativamente à Margarida Alves, há algumas coisas que eu fico um bocadinho sem perceber onde é que se quer chegar. Mas em relação ao Parlamento Jovem, é um projeto que nos foi pedido para realizar em Ílhavo, completamente articulado com uma equipa do Parlamento Jovem e que passa pelas cidades do nosso Portugal. Portanto, não terei muito mais a dizer sobre isso.

Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, a Diana Gandarinho esteve lá, esteve lá o André também, são pessoas que se fazem representar. O Conselho está com base num regulamento e penso que temos cumprido, da melhor forma, esse trabalho. Também ficámos surpresos com o número de pessoas que estiveram na sala. Eu espero que alguns dos temas que lá foram lançados que não manchem as presenças futuras, porque percebi que houve algum desagrado de alguns dos nossos estudantes que estiveram lá e que não estavam à espera de ter combates políticos e terem outro tipo de informação, como referiu, e bem. Eu espero que as pessoas tenham, no futuro, outro tipo de atitudes. O nosso secretário - por engraçado que seja, o nosso Comandante da GNR de Ílhavo - também ficou admirado com a pouca afluência, porque as presenças são importantes nesse Conselho. Olhando para trás, vamos ver se conseguimos ter mais presenças no futuro. Esse é o meu esforço.

Sobre a intervenção da Diana Gandarinho. Relativamente a esta questão da Expo Dubai, já está tudo explicado. A comunicação social foi muito clara. Este é um projeto dos 11 Municípios da CIRA. Não sei onde é que quer chegar com a sua pergunta. Dir-lhe-ia que foi proveitoso. Tive a possibilidade de partilhar alguma informação com os meus Vereadores sobre aquilo que vi, o trabalho que é feito numa cidade recente, num país recente. A importância de não haver água potável a surgir em qualquer torneira, em qualquer canteiro para haver um espaço verde. O cuidado que têm numa cidade

preparada para o Turismo e todo o desenvolvimento que se vê à volta de uma cidade, com as multinacionais todas presentes.

Tivemos reuniões importantíssimas. Tivemos com as nossas delegações representadas no nosso Consulado Português, estivemos lá. Estivemos com o nosso Cônsul a falar das estratégias das empresas, através da AICEP, que estão lá. Tivemos uma reunião, numa tarde, a falar desses assuntos e da dificuldade de entrar economicamente naqueles países. Como é que feita esta entrada: se tem que ter um parceiro de uma tribo - como sabe, aquilo é gerido por tribos - se temos que ter esses parceiros ou não. Visitámos aquilo que é a construção no Dubai, é tudo monumental, tudo pensado em função do turismo. Visitámos os mercados municipais. Fizemos uma visita ao deserto, onde tivemos a infelicidade - ou felicidade - de termos dado um salto e alguém o captou. Olhe... é a vida.

Outra das coisas, que eu gostaria, depois, que a minha Vereadora explicasse claramente, porque é uma parte que ela domina e explicará da melhor forma - como já, da outra vez, teve oportunidade de explicar - a questão dos bio resíduos.

Relativamente ao sr. Pedro Martins, eu vou dizer-lhe que ideias há muitas. Não faltam, também, a este Executivo esse tipo de ideias. Portanto, não acrescentou nada. Dir-lhe-ei que também dou valor a tudo aquilo que referiu, não desvalorizo aquilo que mencionou e aquilo que foi feito no passado pelo projeto da "Sociedade + Ílhavo". Valorizo isso tudo. Temos que pensar no futuro, tendo as nossas contas consolidadas e vendo as hipóteses que o Portugal 2030 possa trazer, saindo-se dos centros urbanos, se podemos encontrar possibilidade de podermos fazer investimentos. A seu tempo falaremos com os nossos autarcas e nesta Assembleia sobre projetos, e respetivo debate, que nós achamos que possam vingar no seio da comunidade.

Relativamente à Mariana vê-se um trabalho profundo sobre o documento. Agradeço-lho algumas das menções que fez. O objetivo que trouxemos para aqui, de obras e realização de grupos de trabalho para promovermos, no futuro, aquilo que é o nosso Município. Estamos interessados nisso, em partilhar com pessoas locais - e não só - ideias e debatê-las. O esforço que também temos feito, como disse muito bem, a que nos propusemos na diminuição do papel. Está claro que esta diminuição exige uma aquisição de equipamentos, como scanners mais rápidos e toda uma série de equipamentos que têm que ser compensados por aquisição ou não aquisição e papel. Temos tentado fazer com que as nossas equipas sintam que esse fator de compensação permite-nos que possamos investir naquilo que é a digitalização e começar a criar o nosso arquivo digital. Que é um grande objetivo que temos. Aliás, a grande parte da nossa área das obras, hoje, já funciona dessa forma, por essa via.

A envolvimento dos jovens que falou, tivemos estas duas atividades que foram referidas e também falou dos programas que nós temos. Estes programas visam, essencialmente, os jovens. É por aí que nós queremos seguir. A Margarida referiu a envolvimento dos sindicatos e dos empresários. Nós temos isso bem presente. Nós fizemo-lo.

A Feira do Emprego, posso dizer-lhe, teve um resultado fantástico. Nos anos anteriores tivemos a felicidade dos nossos trabalhadores da Câmara conseguirem o maior número de empresas na busca de colaboradores ou de pessoas interessadas. Tivemos também aqui um parceiro importante que foi o IEFPP, que esteve nisto connosco, mas as empresas do território não foram menos importantes. Acho que podemos fazer um balanço positivo, mas a minha Vereadora se quiser fazer também uma intervenção a esse nível, poderá fazê-lo.

Relativamente àquilo que são os festivais, como referiu o Festival Papagaio, é um projeto assente na programação 23 Milhas, da Câmara Municipal de Ílhavo. Acho que tem mostrado dinâmicas diferentes e que as pessoas têm abraçado. Esse Festival Papagaio teve excelentes resultados na nossa Vista Alegre e são situações que nós

vamos ponderar para o futuro. Se tivermos todo o interesse em que essas dinâmicas continuem, pois vamos avançar com elas.

Também fico agradado com a referência às envolvências no SEMI, fico contente por ter valorizado isso. Tem havido um esforço muito grande na equipa da Educação, nesse tipo de trabalho.

Destacava também o trabalho do Estaleiro. O Estaleiro teve alguns problemas desde que se pensou abrir, levou com uma pandemia em cima. Hoje temos poucos resultados do passado, mas fico contente por as equipas que estavam a trabalhar, na altura, conseguirem, hoje, indicadores iguais aos da altura da abertura. O que mostra que podemos, realmente, apostar naquela estrutura e continuar a investir nela, que terá um caminho risonho. Vamos abrir essa estrutura ainda mais ao exterior. Os parceiros que estão lá merecem o convite. Já temos uma estrutura de trabalho planeada para os próximos 6 meses. Muito obrigado.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (46':42")

«Boa noite, Sr. Presidente e aos membros da Mesa. Todos os autarcas aqui presentes. Eu não vou tomar muito tempo. Relativamente à questão do corte dos relvados. Sim, faz parte de uma estratégia assente, essencialmente, numa educação ambiental que é urgente e essencial. Temos procurado trabalhar muito a dinâmica que foi iniciada pelo Planteia e, agora, muito direcionada à vivência de todo o Município e a procura por trabalhar todos estes ateliers, estes workshops com as famílias e tentar reproduzi-los noutros espaços. E que as pessoas consigam receber informação replicável. É esse o grande objetivo.

Relativamente à medida do não corte. Já era uma intenção nossa a quando da candidatura, da propositura do Movimento. Isto, porque a realidade é que - inclusive, nos países mais avançados isto é uma prática muito usual e é tão simples de praticar - nós temos que passar a educação ambiental e explicar às pessoas que isto, efetivamente, é muito importante. É um curto período de tempo e, no ponto de vista de benefícios para o equilíbrio do ecossistema tem melhorias significativas. Não só do ponto de vista de retenção de humidade por parte dos relvados e das espécies lá existentes, como toda a questão das espécies da fauna, neste caso concretamente dos insetos, tem toda a razão de existir.

Atendendo às notas que foram fazendo durante este período que foi implementado - como devem calcular, e eu já referi isto numa reunião que tivemos com o Executivo da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, atualmente é difícil trabalhar os espaços verdes do nosso Município de forma profunda e radical. Tem que ser um processo que deverá existir, porque nós sabemos que o que domina é o relvado, mas temos que pensar a longo prazo do ponto de vista das necessidades hídricas, de espécies que estejam muito mais adaptadas ao sequeiro e que promovam a floração, e termos maciços arbustivos que correspondam a essas necessidades. Este é o nosso objetivo, mas isto levará tempo, já que estamos a falar de alterações significativas e profundas que, do ponto de vista do ordenamento, terão que ser enquadradas.

Relativamente ao 'Safa-te', nós vivemos uma situação de pleno emprego. Esta é a realidade. O feedback que nós temos do gabinete que faz esta inserção no mercado de trabalho, reporta-nos que, efetivamente, nós estamos em pleno emprego. Esta feira foi vocacionada, peço desculpa pelo pleonasma, mas existia uma vertente da formação e da vocação - isto porque nós também tínhamos as forças policiais aí representadas - e tentámos apresentar, não só quem estava à procura de trabalho ou à procura de mão de obra, mas tentámos também criar dinâmicas para as escolas no que diz respeito à formação e à vocação. Foi este o principal objetivo, tanto que tivemos, inclusive, um orador direcionado às escolas, aos alunos do 12.º ano, com um discurso motivacional e

muito dirigido à questão da vocação, já que eles estão em idade de decidir, exatamente, aquilo que pretendem fazer das suas vidas.

Entendemos que a Feira teve uma afluência muito grande, não só por parte da comunidade educativa, mas também por parte das entidades formativas e, também, do mundo empresarial. Sentiram-se muito agradados com a iniciativa e com a afluência Obrigada.»

Segunda ronda de intervenções.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (51:20")

«Muito obrigado. Vou, então, abrir as inscrições para a segunda ronda das intervenções.»

Margarida Alves - PSD: (52:11")

«Caro Presidente, obrigada pelos esclarecimentos prestados. Naturalmente que quando falámos na questão do Parlamento Jovem, nós estamos a ter em conta o regimento que é lançado pela Assembleia da República, tanto para a questão nacional, da Assembleia da República, para as regionais e para as locais. Eu não estou a falar aqui porque me apeteça falar. Existe uma coisa que eu sei: o Parlamento do Concelho de Ílhavo chama-se Assembleia Municipal de Ílhavo. E não foi chamada a dizer o que é que é necessário para fazer uma moção, um regimento, o que são os tempos de intervenção... tudo aquilo que leva a que esta Assembleia Municipal funcione não foi tido em conta. Quem melhor que os Membros desta Assembleia - por isso é que nós temos conferências de líderes, por isso é que temos um Presidente, temos Secretários, qual é a função do 1.º Secretário, qual é a função do 2.º Secretário, quais são os tempos atribuídos, como é que é o método de D'Hondt e como é que funciona... é assim. Se nós falarmos do que é numa Assembleia de Freguesia e como é um Executivo eleito numa Assembleia de Freguesia, se calhar, estes 14 jovens também não sabem. E nós poderíamos ter alargado esse debate a esse pormenor e não foi feito. Não acredito, Sr. Presidente. Não acredito que o tenha feito. E o trabalho de todos seria importante para a participação. Também quero agradecer o esclarecimento da Vereadora Mariana porque fiquei a saber que, em Ílhavo, não há desemprego. 3,4% de taxa de desemprego. É isso que eu tenho para lhe dizer, Sra. Vereadora: 3,4%. Tem o Instituto de Emprego, tem o Instituto Nacional de Estatística, pode verificar. Pleno emprego não existe em nenhuma parte do continente português, nem nas ilhas. Não existe. O pleno emprego é a procura igual à oferta. Não existe, no momento. Isso não existe. O pleno emprego, no Concelho de Ílhavo - peço imensa desculpa, mas eu sei do que estou a falar... olhe que sei, olhe que sei - é um indicador que infelizmente, e tomara eu que fosse verdade... que eu não visse as filas dos desempregados que recorrem às Juntas de Freguesia para procurarem trabalho. Basta ir às Juntas de Freguesia. Não é novidade nenhuma. 3,4% de taxa de desemprego, em dezembro de 2021, no Concelho de Ílhavo. Sobre isto, não há dúvidas. Estas informações não são só as empresas que as dão. Os sindicatos também têm essa informação. Portanto, temos que ter alguma cautela, da mesma forma que aplicamos o português neste documento. Quando nós referimos pleno emprego, eu acho que vou dizer aos desempregados que a Câmara Municipal diz que há pleno emprego - a de Ílhavo. Deve ser das poucas que diz isto, porque não é verdade. Os indicadores são públicos. O próprio Governo pode dizer isto. Não são as empresas que dizem 'eu preciso, sim senhora de um"... não é colaborador, Sr. Presidente da Câmara; é trabalhador. São contratos de trabalho, não são de colaboração. Esta também é outra retificação que gostaria que tivesse em conta, porque a palavra trabalhador tem uma

dignidade muito grande na relação laboral. E é a palavra trabalhador que existe no Código de Trabalho. Não se fazem contratos de colaboração.

Uma empresa dizer que "sim senhor, tenho 3 ou 4 vagas" e depois concorrem 20 pessoas e essas 20 pessoas ou têm habilitações a mais, ou têm algum problema de deslocação... e não existe. O pleno emprego não existe, infelizmente. Tomara eu que isso fosse possível. Viveríamos num país fantástico. O Partido Socialista bateria palmas. E o Partido Social Democrata também, não tenho dúvidas. É preciso ter cuidado quando utilizamos estes termos, porque as pessoas que estão aqui sabem do que estamos a falar. Nós não estamos aqui porque nos apetece... 'ai vamos a votos, vamos numa lista'. São pessoas com competências e responsabilidades lá fora, dentro desta área profissional e dentro desta área de intervenção social. Portanto, vamos lá ver se fazemos isto de uma forma consciente. Porque até professores existem no desemprego. Até professores. Se houver alguma dúvida, caro Presidente, caros Vereadores, eu estou disponível para o que for necessário.

Relativamente ao Parlamento Jovem. Foi uma chamada de atenção que eu fiz. É obrigatório? Provavelmente, não. Existe um regimento? Existe. Esse regimento foi cumprido? Em bom rigor, não. Está publicado nos jovens.parlamento.pt, basta lá irem pesquisar que está lá. Regimento. Não é por convite. Mas se fosse pelo convite, existe um gabinete de apoio à vereação e ao Presidente da Câmara... haja essa preocupação e esse brio profissional de se pesquisar se estamos a fazer as coisas como deve ser, com cabeça, tronco e membros. E com a dignidade que uma autarquia tem que ter. Muito obrigada.»

Sérgio Louro - CHEGA: (58':51")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos os presentes. Boa noite ao público que nos acompanha na galeria. Aos meus colegas da Assembleia. À Mesa. Ao Executivo da Câmara. Trago aqui algumas perguntas ao Executivo.

A Escola da Costa Nova, como o Executivo já deve ter conhecimento, carece de alguma manutenção. A pergunta é se há alguma planificação para executar tais renovações tão necessárias para melhorar as qualidades de ensino das crianças que frequentam a Escola da Costa Nova EB1.

Ainda na Costa Nova., existem obras em curso junto à praia, e a pergunta é se já há alguma data prevista para terminar ou interromper as obras, uma vez que está a começar a época balnear. Não será muito cómodo termos obras ao mesmo tempo que temos os veraneantes.

Outra questão que trago, não só para o Executivo, mas, eventualmente, para outros Membros que tenham conhecimento. Como é do conhecimento geral, os custos de energia têm disparado nos últimos dois anos, nomeadamente o gás natural que mais do que duplicou o preço e que tem trazido grandes problemas em termos financeiros, tanto à empresas, como ao nosso Município. As piscinas, a maioria de vocês não deve ter conhecimento disso, mas têm um custo operacional elevadíssimo a gás. A nossa Piscina de Ílhavo tinha uma turbina de cogeração que permitia, ao mesmo tempo, usar o gás para produzir calor e eletricidade que é utilizada, por exemplo, nas bombas de filtração da piscina e que trabalham 24 horas sobre 24 horas... e a turbina sumiu da piscina de Ílhavo. Portanto, o meu pedido ou a minha questão é apurar em que moldes é que a turbina saiu da piscina, porque saiu. A nosso ver, e na minha pessoa em particular e que trabalha na área - conheço melhor do que ninguém como é que as coisas funcionam - o porquê da saída da turbina que, nesta altura, com os preços a que está o gás natural, muita falta nos fazia para reduzir a fatura mensal de gás na piscina de Ílhavo. Importa apurar o que é que aconteceu e em que moldes é que foi.

Relativamente ao discurso ou da intervenção da nossa colega Margarida, deixe-me discordar com a Margarida. Eu sou empresário e, portanto, sou testemunha viva que,

em Ílhavo, existe pleno emprego. Acrescento é o seguinte: há muitas pessoas é que não querem trabalhar ou, então, temos outros casos, como por exemplo o caso, que eu conheço, de uma pessoa aqui do Concelho, que tirou psicologia, não conseguia colocação aqui. A mãe dizia que 'a minha filhinha trabalhar sem ser em psicologia é que não'. Essa pessoa está no Luxemburgo a trabalhar nas limpezas. Portanto, a estatística vale o que vale. A estatística é manipulação de números e permite sempre alguma contabilidade criativa.

A senhora deve estar desatente, porque se a senhora der uma volta pelas zonas industriais vai ver é cartazes permanentes, nas zonas industriais, a dizerem 'recrutamos pessoas' ou 'aceitamos pessoal'. Muito obrigado.»

Diana Gandarinho - PS: (01:02:39")

«Eu também ia fazer uma nota sobre esta questão do pleno emprego. Estávamos ali a conversar e a trocar ideias. A taxa de desemprego nunca será de 0%, existirá sempre um valor residual. O pleno emprego é uma questão conceptual.

Em relação à questão que eu coloquei sobre a Expo Dubai, se não me fiz entender eu vou explicar onde é que eu queria chegar. Quando eu falei de alta representatividade, falei dos autarcas que estavam presentes na viagem, todos os municípios representados nessa viagem. Eu não questionei sobre fotografias, nem nada dessas questões. Questionei sobre a experiência, os objetivos e sobre o impacto que isso poderá ter nas nossas políticas. Tal como os comunicados faziam transparecer, que seria importante para as políticas públicas ao nível do turismo e da cultura, seria importante conhecer a inovação, o ambiente e a gestão do território, como o Sr. disse: 'uma cidade preparada para o turismo'. Daí eu achar que seria importante nós entendermos. Então, desta experiência, que foram conhecer uma cidade preparada para o turismo, como é que isto agora é importante para o nosso turismo e para o nosso Município. Espero que me tenha feito entender agora.

Mais do que ver coisas bonitas, é isso que eu queria saber. Quais são, em particular, os contributos para o nosso Município. Não sei se já tiveram tempo de o conversar, de o explorar. Podem não ter tido, assumo. Mas espero que venha a ter algum tipo de impacto positivo.

Em relação à questão do corte de relva. Volto a dizer que é de louvar, que é bastante interessante a abordagem. Gostaria só de acrescentar algumas ideias que fui trocando, desde que recebi este documento e esta informação, e que seriam interessantes de considerar na vossa abordagem, se me for permitido. A gestão de invasoras, já que elas ocupam espaço de flora e fauna nativa - isto é algo que eu defendo bastante. Nós temos exemplos bem gritantes, como as ervas das pampas, a acácia, mas existem mais no nosso Concelho. Portanto, será relevante. A aplicação de pesticidas e herbicidas no nosso Município, a começar pelas empresas que prestam serviço no nosso Concelho. Todos conhecemos os papéis da SUMA que prometem asseio ao passeio. E todos conhecemos, ou se não conhecemos, deveríamos, que existem métodos alternativos, como a monda térmica, até penso que foi falada noutras alturas, nesta Assembleia. Seria interessante o planeamento e técnicas de gestão de ajardinados, como se falou, aqui, na gestão dos recursos hídricos, e que pode ser bastante relevante, e não só. Existem práticas de agricultura biológica, práticas de cultura sustentável que podem ser também aplicadas na nossa gestão de ajardinados. E também, formação adequada dos nossos técnicos.

Devemos também considerar os nossos produtores agrícolas, porque eles ainda são relevantes. Apoiar a transformação das suas práticas, mesmo que seja a nível da agricultura familiar. Ela ainda se pratica bastante e pode ser interessante se quisermos fazer este trabalho de proximidade com as famílias. Pode ser interessante trabalhar na agricultura familiar.

Deixo mais uma questão que sei que é complexa, mas é importante e possível. Articular estas estratégias entre as nossas Freguesias e com os nossos Municípios vizinhos. Penso que nada acontece no vazio, precisamos de comunicar com quem está à nossa volta. Nós fazemos parte de um ecossistema e, com os nossos vizinhos, faremos parte de um ecossistema maior. Temos o exemplo da Ria de Aveiro que é bem importante. Mais uma vez, parabéns pela vossa estratégia de conservação da natureza.»

Mariana Silva Lopes - UPF: (01:06:49")

«Boa noite, mais uma vez. Eu queria deixar uma nota. Uma das grandes transformações asseguradas pelo nosso regime democrático e pelo 25 de Abril - e mais uma vez voltamos a falar do 25 de Abril, que tanto prezo e tanto respeito... não por o ter vivido, mas, felizmente, pela educação que recebi - uma das grandes transformações foi um Poder Local com novos desafios, novas competências, novos campos de intervenção, novos atores e, acima de tudo, mais autónomo. Este Poder Local renovado afirmou-se, progressivamente, como motor do desenvolvimento do seu espaço, do seu território e das suas pessoas. Ora, no dia 26 de setembro, à nossa população coube votar e eleger aqueles em quem decidiram depositar a sua confiança e as suas expectativas democráticas. Aos eleitos, de acordo com a sua visão estratégica e com a sua agenda, caberá, com responsabilidade e discernimento, realizar aquilo que realmente importa em prol do desenvolvimento do nosso Município.

Dito isto, queria aqui abordar uma questão que me preocupa e queria deixar aqui nota disso.

O Governo central definiu a data de 1 de abril como prazo limite para a descentralização de competências na área da educação, saúde e ação social.

Relativamente à área da ação social, que já, aqui, foi votada, nesta casa, em março, o adiamento dessa transferência para outubro.

Na área da saúde essa transferência só ocorrerá na sequência da assinatura de autos de transferência para os quais não se encontram estabelecidos quaisquer limites temporais, como também foi aqui referido na anterior reunião.

Ora, no setor da educação, essa transferência foi automática. Esta diferença de procedimento espelha a desvalorização de que a educação tem vindo a ser alvo, e a urgência da tutela em descartar muitos dos problemas que se encontram por resolver, nesta área. Numa tentativa de camuflar o desinvestimento claro e evidente, traduzido na falta de requalificação das infraestruturas, no inexistente reforço de pessoal não docente, que tem, ao longo de vários anos, conduzindo a estados de conservação e funcionamento dos nossos agrupamentos de escolas de grande debilidade e fragilidade. Assim, temos assistido a uma grande contestação por parte de alguns municípios em relação a este processo de transferência de competências. Queria deixar aqui nota que esta contestação, embora pareça, não é, de todo, de igual natureza. E não é porquê? Uns contestam porque consideram o envelope financeiro muito pouco recheado. Outros porque não aceitam serem meros executores das políticas decididas centralmente, ansiando assumir, de forma plena, a gestão destas áreas e domínios nos seus municípios.

Há muito que a própria Associação Nacional de Municípios, ainda durante estes últimos dias, vem alertando para a insuficiência das verbas transferidas, no âmbito dessas responsabilidades ampliadas e que sobre o Poder Local recairão os custos financeiros acrescidos desta operação. Existem custos de outra natureza que não deixarão de surgir, nomeadamente aqueles relacionados com a insatisfação e reivindicações por parte de quem não se sente bem servido e por parte daqueles que, agora, que não antes - alguns já, mas nem todos - ficarão sobre a alçada do Município, nomeadamente o pessoal não docente. A pressão exercida pelas escolas e pelas famílias para que sejam satisfeitas e melhoradas as condições de funcionamento das escolas e de apoio aos

alunos irão, progressivamente, aumentar. A diversidade de atores e agentes educativos envolvidos neste processo, a especificidade do processo de ensino-aprendizagem e a dispersão geográfica das várias escolas dos diferentes agrupamentos tornam o universo desta área bem mais complexa o que aquilo que parece. O mais triste exemplo de que a educação deixou, há muito, de ser uma prioridade nas políticas nacionais é o estado a que chegou a nossa escola secundária. Anos e anos de degradação, falta de manutenção e nenhuma, ou muito pouca, atualização de equipamentos e sistemas. A 'Parque Escolar' foi uma festa, disseram alguns. Mas também foi só para alguns, nem todos. E agora, perdoem-me a expressão, a batata quente ficará na mão da gestão autárquica que ficará responsável pelo planeamento da oferta educativa, pelo transporte escolar - nomeadamente de alunos com necessidades educativas especiais, com um largo espetro de problemáticas: desde a deficiência cognitiva; à deficiência auditiva; da qual temos, aqui, em Ílhavo, uma escola de referência; do autismo, na Gafanha; multideficiência - pelo investimento nos edifícios escolares, pela vigilância e segurança dos equipamentos educativos, em articulação com as forças de segurança, e, ainda, pelo recrutamento e gestão de pessoal não docente, transferindo-se o vínculo do Ministério da Educação para os municípios. Vou já terminar...»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:12:53")

«Mariana. Só queria interromper para dizer o seguinte: as intervenções têm que dizer respeito ao ponto em discussão. Estamos, neste momento, a apreciar a comunicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade municipal...»

Mariana Silva Lopes - UPF: (01:13:12")

«Sim... e estou a falar da parte do sistema educativo. Mas vou já terminar.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:12:53")

«Queira terminar, por favor. Porque não tem a ver com a apreciação da comunicação do Sr. Presidente da Câmara. Isto é um exemplo de intervenção para o Período de Antes da Ordem do Dia. Obrigado.»

Mariana Silva Lopes - UPF: (01:13:24")

«Muito bem. Vou já terminar.»

Não temos dúvidas que a proximidade para as nossas pessoas e o sentido de responsabilidade farão, certamente, a diferença no momento em que tivermos de responder afirmativamente a estes desafios e a estas adversidades. Obrigada.»

Rui Rufino - UPF: (01:13:50")

«Boa noite. Cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia. O Sr. Presidente da Câmara. Srs. Vereadores. Srs. Membros da Assembleia. Estimado público.»

Podem estar tranquilos que eu venho, aqui, abordar um assunto que tem a ver com o Relatório da Atividade Municipal. Mas antes disso, queria só fazer um breve comentário à questão que foi levantada sobre o Parlamento dos Jovens. Eu nunca vi nenhum caso do Parlamento Jovem, e já assisti a alguns, em que estivesse presente e tivesse sido convidado alguém da Assembleia Municipal. O que eu não ponho em causa que não possa ser uma boa ideia. Acho que até é uma boa ideia. Eu já vi algumas e não vi isso. Até porque se formos ver o regimento, o regimento aponta sempre para a Assembleia da República. O que está no regimento é a Assembleia da República. São três fases: a da escola, a distrital e a nacional. E a referência é a Assembleia da República. Há uma exceção, mas é para os Açores e a Madeira, em que, aí, há um deputado regional que intervém. De resto, é uma questão facultativa e uma opção. Que eu acho que é válida

e que é correta. Estou de acordo. Mas não há nada que obrigue. Aliás, até tem um tema estabelecido que, este ano, é o da desinformação. Não é chegar ali e abordar o tema que se quer.

O que eu venho aqui procurar mostrar, hoje, é, a partir de algumas atividades municipais que estão presentes neste relatório já podemos ver e tentar satisfazer aquela necessidade que a oposição tem mostrado ao longo dos tempos, ao longo dos últimos tempos, que é, sistematicamente, estar a pedir uma marca do 'Unir Para Fazer'. E eu vou tentar mostrar que neste relatório já se pode ver uma marca do 'Unir Para Fazer'.

Assistimos, quase desde que tomámos posse, a uma obsessão da oposição em nos desafiar a mostrarmos o que trouxemos de diferente ao Município de Ílhavo, explicitar a nossa marca, no fundo, exigindo que sejamos capazes de evidenciar o que fazemos que os seus partidos não fossem capazes de fazer, como se tivéssemos que provar, em face da grandeza da nossa vitória, qual a razão para os eleitores nos confiarem o poder autárquico. No fundo, o que esta atitude revela é ainda uma certa sobrançeria e incompreensão dos partidos perante os movimentos independentes, como se estes, para se justificarem, tivessem que possuir superpoderes, quase mágicos, de forma a fazer em dias, semanas ou meses, o que alguns não conseguem em mandatos sucessivos: deixar uma marca inegável e positiva da sua governação.

Apesar desta insistência ser absolutamente prematura e extemporânea, vou procurar mostrar um pouco do que nos distingue e do que podem ser os primeiros indícios da nossa marca "Unir para Fazer" e que este Relatório de Atividade já permite vislumbrar. No entanto, quem tenha estado minimamente atento à nossa campanha e ao nosso Compromisso, sabe de, antemão, que todo o nosso empenho e trabalho tem por fim as pessoas, pelo que a nossa marca terá necessariamente de visar, desde o primeiro momento, os munícipes de Ílhavo, eles serão o princípio e o fim, o alfa e o ómega da nossa governação.

Não vou enumerar a variedade de atividades promovidas pela Câmara Municipal, vou antes destacar três ou quatro exemplos definidores da nossa atuação.

Desde logo, o sucesso da Festa do Pão de Vale de Ílhavo que revitalizou o centro de Ílhavo, onde há muitos anos, e não estou só a pensar no período da pandemia, não se via tanta gente numa atividade organizada pela Câmara Municipal. Esperamos que este evento, face ao sucesso que obteve, possa continuar a ser organizado, nos próximos anos, no mesmo local. A realização de eventos em que os munícipes de Ílhavo participem em massa e com entusiasmo, atraindo ainda turistas e pessoas dos concelhos limítrofes, é algo que devemos continuar a perseguir, pois pretendemos criar o hábito das pessoas viverem e divertirem-se em Ílhavo, promovendo, desta forma, o desenvolvimento da nossa terra. Eis uma prioridade, se preferirem, uma marca do "Unir para Fazer".

O número elevado de pessoas que foram atendidas nestes dois meses, perto de 1000 interações (se somarmos o atendimento presencial com as comunicações online), é revelador da disponibilidade para ouvir as pessoas e as suas preocupações. Mas, mais importante que isto, é a urgência que foi dada às reclamações ou pedidos de intervenção, ficando a grande maioria resolvidas num prazo médio de 10 dias. Esta abertura para ouvir, para resolver, para ajudar as pessoas nos seus problemas, desde os mais simples (até aqueles que costumamos chamar de "lana-caprina") aos mais complexos, é algo fundamental na nossa governação. Esta constante atenção aos munícipes será, se quiserem, outra marca do "Unir para Fazer".

A prioridade dada à manutenção e preservação dos espaços e edifícios existentes também é para nós ponto de honra, assumida no nosso Compromisso pré-eleitoral. Não tem sentido avançar com um investimento em grandes novas obras, sem antes garantir que aquilo que já existe se encontra em condições adequadas ao serviço que presta. E, nisto, todos têm de reconhecer o esforço que tem sido feito no sentido de resolver

patologias dos edifícios, avarias dos equipamentos ou eventuais problemas de segurança das estradas ou pontes. Isto constituirá também, ao longo do nosso mandato, algo com que todos podem contar, será, se assim o preferirem, mais uma marca do “Unir para Fazer”.

A dinâmica do Laboratório do Envelhecimento, onde têm tido lugar atividades com lotação esgotada, vários projetos de investigação e múltiplas formações, são também um sinal da preocupação que temos com as pessoas mais velhas, no dia a dia, mesmo fora da realização de eventos especiais dirigidos a esta população. Podem apontar, se quiserem, pois esta será outra marca do “Unir para Fazer”.

Dei estes quatro exemplos, como poderia dar muitos outros - hoje, já há mais - como, no futuro, estejam tranquilos, muitos mais haverá. Podem, porém, alguns pensar: “mas isso também nós, os partidos, faríamos!”. Às vezes, a diferença não está só no que se faz, mas também no modo como se faz, e o nosso modo é o da proximidade com as pessoas. Esta política de proximidade é algo transversal a todos os exemplos que dei e à generalidade das atividades que realizamos; isto sim, a proximidade com os munícipes, será, sem dúvida, o nosso ADN ou, se preferirem, a grande marca “Unir para Fazer”. Mas, sinceramente, tenho que dizer que não nos interessa saber se outros fariam ou não o mesmo, não estamos preocupados em ser originais, embora também o sejamos, o que nos preocupa, verdadeiramente, é fazer o melhor para as pessoas de Ílhavo, independentemente de continuarmos ou não o que outros, antes de nós, já faziam. Importa fazer o melhor, o que ajuda as pessoas, sem protagonismos arreigados ou vaidades pessoais. As pessoas sabem que, neste momento, quem lidera a Câmara Municipal trabalha para resolver os problemas concretos de cada um, e isto, por vezes, pode não dar nas vistas, pode não dar aberturas de noticiário ou primeiras páginas de jornais, mas nós sabemos que é o essencial.

Os munícipes de Ílhavo podem estar tranquilos que vamos seguir o nosso caminho, sendo certo que, connosco, nunca terão caos ou disrupção - e sim, aos especialistas do caos eu digo... nós sabemos o que é uma metáfora, mas nem com uma metáfora nós nos identificamos - pois não viemos para fazer a revolução, mas sim as reformas ou acertos essenciais a uma contínua progressão; valorizamos aquilo que foi feito de positivo, sem preconceitos, optamos por uma mudança tranquila, mantendo o que consideramos adequado e acrescentando as melhorias necessárias, sempre com serenidade, o que, também, está de acordo com o nosso Compromisso.

A terminar quero sublinhar que a nossa diferença também está no facto de apenas abraçarmos um propósito, que é a defesa da nossa terra; as causas por que lutamos não estão associadas a qualquer ideologia ou qualquer ambição partidária, esta congregação de vontades e de esforços de pessoas tão diferentes tem um ponto comum que é, aqui, o único que interessa: melhorar a vida das pessoas do Município de Ílhavo. Quero ainda acrescentar que este primado das pessoas, que não nos cansamos de enfatizar, recusa a distinção entre nós e os outros, pois os munícipes, para nós, não são os outros, porque nós também somos munícipes, também somos pessoas de Ílhavo – e é esta consciência do que somos e de quem somos que constitui a nossa maior força.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:23':00")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Três ou quatro breves notas.

Para a Diana Gandarinho vou pedir a explicação ao Presidente da CIRA ou então a um representante do PS dos onze municípios da CIRA que talvez lhe possa dar a explicação da viagem que fez, e talvez seja interessante, depois, ter essa consulta. Relativamente a isso não lhe vou responder mais nada. Terei todo o gosto, quando quiser, saber mais

sobre isto, peça ao seu colega Pedro Martins que no Conselho da CIRA possa fazer essa interpelação à Mesa e terá todas as respostas. Unicamente, vou-me resumir a isto. Quanto à Sra. Margarida. Eu fico um bocadinho admirado quando nós falamos de empresas e desta questão que a minha Vereadora referiu dos 3,4%. É uma coisa que, a mim, me deu alguma comichão porque temos recebido inúmeros empresários e vou ter que lhes dizer que, se calhar, estão enganados. O sr. Sérgio Louro, como empresário, também está enganado. Na nossa Zona Industrial da Mota saberá as dificuldades que está a passar neste momento.

Eu gostaria de lhe dizer que estes 3,4%, possivelmente, estas pessoas têm outro tipo de subsídios e outro tipo de situações que, muitas das vezes, para aquilo que são chamados não têm capacidade física, não têm meio de transporte - a mobilidade é um problema importantíssimo - para responder áquilo que o empresário deseja, que é a presença a tempo e horas nas suas instalações para trabalhar. Por outro lado, temos um sistema de Segurança Social, associada ao IEFP, que também regista um número muito baixo, neste momento, de desempregados, que são estes 3,4% e que, pelo que eu sei, haverá pouco mais de 2 mil pessoas, no distrito, que poderiam ter hipótese de trabalhar se tivessem os meios e a forma de chegar até ao posto de trabalho.

Eu acho que esta situação que a Diana falou, como o Sérgio falou, de pleno emprego se aplica aqui, na perfeição. E a minha Vereadora também tocou nisto.

Eu surpreendo-me, até pelas suas funções num sindicato, que possa falar desta situação, porque nós, quando olhamos para o território, vimos que muitas das empresas que, neste momento, se estão a instalar, estão a contratar fora do país mão-de-obra porque não a encontram cá. Mesmo as empresas de trabalho temporário, que eu conhecia há meia dúzia de anos - meia dúzia, não... eu saí em 2013 da empresa onde estive, onde exercia uma função que não era de contratação - já aí tínhamos uma dificuldade em encontrar pessoas para o setor cerâmico. Tinha havido uma série de despedimentos no início deste século e, depois, havia, nas empresas de trabalho temporário, muita resposta. E era uma vantagem para os empresários. Hoje, isso quase não existe. Hoje, as pessoas têm que se agarrar mesmo às pessoas. As empresas de trabalho temporário, algumas delas, estão com algumas dificuldades de sobrevivência, porque a pareceram muitas no mercado. As maiores continuam a trabalhar, não duvido, mas temos alguma dificuldade. Portanto, permita-me, também, discordar, pelo conhecimento que eu tenho, como Presidente de Câmara, daquilo que é o tecido empresarial que temos no nosso território. Se tiver 100 ou 150 trabalhadores para ir à Silva Matos entregá-los como serralheiros, porque há mão-de-obra que tem que ser específica, ou se tiver para uma fábrica que se vai instalar na Zona Industrial da Mota também precisávamos de 100 trabalhadores, o próximo desenvolvimento da nossa Riastone também precisa de 100 trabalhadores. É isto que nós temos vindo a conseguir para o nosso território, nesta zona mais a poente. Se quisermos ir a nascente, vamos ali ver uma nova fábrica de cervejas, que também vai crescer e que está à procura de 20 trabalhadores e não há resposta no nosso território. Se calhar tenho que concordar com o que o Sr. Sérgio disse: muitas das empresas, neste momento, têm o papelinho a dizer 'procura-se empregado'.

Portanto, não sei muito bem que resposta é que lhe hei de dar sobre isto. Há dignidade das nossas entidades patronais, há dignidade no trabalho que a Câmara tem feito e naquilo que a minha Vereadora disse sobre a Feira do Emprego que teve um sucesso, num trabalho partilhado com as empresas, com o IEFP. E que teve também as forças que precisamos de manter: a Marinha, a PSP, a GNR, e que encontraram alguns recursos, encontraram alguns miúdos para as suas escolas de formação e que, neste momento, também são deficitárias, não conseguem abrir turmas. E temos também que ter em consideração que o futuro, pelas previsões da taxa de natalidade que tem estado em baixa. Nós até somos uns felizardos, no nosso Município, que até temos um

indicador superior aos outros municípios da Região de Aveiro. No entanto, como sabe, as pessoas que têm essa facilidade movem-se facilmente. E a questão salarial também tem uma influência muito grande naquilo que é a busca de emprego e há, cada vez mais, rotatividade nos postos de trabalho. Rotatividade do interior para o exterior das empresas e não no interior das empresas. Até sou muito favorável à rotatividade no interior das empresas. Acho que essa polivalência de funções nas empresas, do conhecimento de todas as áreas, tem uma vantagem muito grande. Deixava-lhe esta nota e voltando-lhe a dizer que, independentemente de tudo o que disse eu aceitar, no Município de Ílhavo não está a ter uma noção concreta do que é a nossa realidade. Independentemente dos 3,4% que possa referir, nós sabemos perfeitamente aquilo que trabalhamos no nosso apoio social. Portanto, sabemos quais são os indicadores e como estão a ser trabalhados pelas nossas equipas.

Relativamente ao Sérgio Louro, e um bocadinho fora daquilo que é a Atividade Municipal, e outros elementos também andaram, aqui, um bocadinho fora da Atividade, nós conhecemos as patologias que a Escola da Costa Nova tem. Já conversámos individualmente com a Associação de Pais, recentemente criada. Fizemos lá boas intervenções por identificação dessa Associação de Pais e estamos a trabalhar no sentido de preparar, a médio prazo, uma candidatura com maturidade, se assim houver hipótese, ou, então, com um esforço financeiro da Câmara, para resolvermos o problema maior que a Escola tem que é a sua cobertura.

Relativamente às obras em curso junto à praia. Aquilo que nós temos como indicação da parte do empreiteiro - e elas decorrem de um processo que nós já cá o tínhamos, e que foi pedido para ser interrompido na altura do verão de 2021 - é que em maio ou junho estará finalizada a obra. Vamos ver se não há nenhum contratempo, se alguns dos empregados não ficam com COVID e ficam meia dúzia de dias ausentes - isto também é um problema que as empresas e nós todos estamos a passar. Esta é a situação.

Relativamente aos custos da energia, a informação que eu tenho é que o Estado poderá criar uma linha de financiamento. Como é que ela vem? Ainda não conheço. Não tenho essa informação para lhe dar.

Quanto à turbina, eu posso mostrar-lha, se tiver gosto em vê-la. Ela está nos Armazéns da Câmara. Conheço o processo todo, de fia a pavio, da instalação dessa turbina. Aliás, tivemos aqui uma reunião com as pessoas que estiveram no cerne dessa questão e sabemos, hoje, o porquê dele não ter vingado e o porquê de se ter extraído o equipamento da piscina de Ílhavo. Terei todo o gosto em explicar-lhe isso e as razões porque foram. Penso que aquele equipamento está completamente obsoleto. Há outras fontes, hoje, que temos que as explorar. Os fotovoltaicos podem ser uma das soluções. Ainda há outras fontes que podemos associar, como sabe. Conheço bem as suas qualidades técnicas, já conversámos várias vezes para nos poder ajudar nessas matérias. Agora, o grande passo que nós temos que fazer sobre esta matéria é que a CIRA desenvolva os projetos com a CCDR Centro para ver se nós, até 23 do mês 6, conseguimos resolver alguma coisa das que andam aqui a arrastar-se sobre esta questão das energias renováveis. Está ainda na mão da CIRA e nós vamos criar algum pressing, já na segunda-feira, sobre esta matéria, para ver se ainda conseguimos com este Quadro Comunitário que tem algumas matérias em overbooking onde vamos tentar algum recurso. Mas é sempre um risco muito grande fazer um investimento e depois não nos ser concedido o financiamento.

Relativamente à Diana e quanto à questão da gestão das invasoras. A Vereadora Mariana esteve numa explicação muito objetiva sobre essas matérias. Realmente não falou sobre as invasoras. Mas já se pode observar nas nossas matas e nas nossas praias uma reação anormal nas nossas acácias, que passaram a ter uma bola e não uma vagem, após alguma intervenção humana para controlar essa invasora.

Relativamente à Erva das Pampas, é um trabalho que tem sido feito nas Freguesias. Não abordámos isso ainda, pelo menos, pessoalmente poderei dizê-lo, olho para os Presidentes das Juntas, mas acho que eles também estão sensibilizados para fazerem esse trabalho. Eu, enquanto Presidente da Junta, também o fiz, e neste momento tenho um projeto dentro da Câmara Municipal de identificação de todos os terrenos devolutos e notificação dos seus proprietários para que essas limpezas sejam feitas, e, desta forma, se possam controlar, também, essas invasoras.

Relativamente às matérias que falou sobre os nossos produtores agrícolas, pequenos e grandes, temos algumas relações profissionais que nos levam a falar com essas pessoas. Sabemos que, hoje, há várias técnicas introduzidas nas novas produções que levam à introdução de substratos e de fertilizantes, logo na altura em que planta. E, juntamente com isso, também algum eliminar das ervas daninhas. Eu deixaria isso para eles, porque eles também têm as suas formações, têm as suas organizações e as suas associações. No entanto, se nós conseguirmos através do DLBC [Desenvolvimento Local de Base Comunitária], na GAL Rural [Grupos de Ação Local], fazermos uma intervenção a esse nível, alguma reunião, algum projeto, podemos abordar esse assunto. Fica aqui a nota sobre essas matérias.

Relativamente àquilo que é o processo com os nossos operadores na área da limpeza urbana, ele está contratualizado. Temos sensibilizado para a eliminação da utilização dos herbicidas, mas, como sabe, eles têm que gerir a sua mão-de-obra, têm que gerir o seu trabalho. Cumprimos, completamente com a lei, tanto na utilização do produto, como na identificação onde utilizamos esse produto. Vamos tentar, até ao limite, conseguir a menor utilização possível. O nosso operador também sabe disso e já, há vários anos, que tem vindo a ser sensibilizado sobre essas matérias.

Sobre a descentralização já falei no outro dia. Percebo perfeitamente aquilo que a Mariana disse, aqui, hoje. Dir-lhe-ia que, em algumas coisas, penso da mesma forma. Como Executivo, observamos, com muita atenção os próximos passos que temos que dar, nomeadamente na Saúde e na Ação Social. Estamos com alguma dificuldade em resolver esta questão da Saúde, no entanto temos alguma esperança, que nos tem vindo a ser dada, de que a área da saúde já tinha percebido que o Município de Ílhavo deveria ter grandes investimentos nesta área, principalmente nos nossos Centros de Saúde e que já estão inscritos em sede de PRR, pelo menos é a informação que tenho de que já lá estão. O que pode rondar um investimento de cerca de 3 milhões de euros. Nós estamos contentes. Não sabemos se chega ou não chega, mas é um bom princípio. Sabemos também que o próximo Quadro Comunitário Portugal 2030 poderá também trabalhar com verbas para a saúde. Não sei se podem ser cumulativas com as do PRR, mas vamos ver como é que isto pode ser feito. Aquilo que eu posso garantir é que vamos trabalhar e estamos a trabalhar, através do Vereador João Semedo, na resposta, desde já, com um grupo de trabalho para identificar, com os nossos Centros de Saúde e com quem lá trabalha, valorizando o trabalho e a disponibilidade dessas pessoas para cooperarem nestes grupos de trabalho, para produzirmos o melhor projeto possível para resposta ao centro de Saúde da Gafanha da Nazaré e de Ílhavo. No entanto, penso que também sabe, que decorre a obra na Gafanha da Encarnação que também está a ser acompanhada por nós, foi por nós lançada, e esperamos que venha a dar boas respostas naquela franja da nossa comunidade, na Vila da Gafanha da Encarnação. Está a correr dentro da normalidade, com um empreiteiro com alguma qualidade. Relativamente ao Rui Rufino, não tenho muito a dizer. Deixando tudo por aqui, Sr. Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Margarida Alves - PSD: (01:38':37")

«Sr. Presidente. Eu queria fazer uma interpelação à Mesa, se puder ser. Sim, é outra vez que aqui venho. As minhas responsabilidades não são no sindicato, mas sim como vários sindicatos. Foi muito bom ter percebido que existe um empresário no nosso Concelho, representado na bancada do CHEGA, que tem muitas dificuldades em arranjar trabalhadores, mas que, se calhar, procura empresas de trabalho temporário, como o Sr. Presidente falou. A União Geral de Trabalhadores da qual eu sou responsável, em termos distritais, em Aveiro, é contra as empresas de trabalho temporário. Contra o trabalho precário. Somos a favor do trabalho digno. E não sou a única dirigente sindical que está nesta sala. E tudo o que seja para dar lições de moral a quem sabe, quando não sabe do que está a falar, mais vale estar calado, porque calado é um poeta. Peço imensa desculpa, mas tenho que o dizer.

Sr. Presidente, eu fico um bocado confusa, porque também tenho a minha formação superior em gestão, o pleno emprego é conhecido em economias em expansão. Portugal não está em expansão. Estagnou. Receção. Temos uma inflação a subir de facto, eu não consigo perceber como é que falam em pleno emprego.

E fico mais baralhada quando, na Tomada de Posse do Sr. Presidente da Câmara, *ipsis verbis*, vou ler o que está aqui porque, de facto, não consigo perceber: "nos próximos anos são muitos os desafios que temos que responder com vista à melhoria da qualidade de vida das qualificações, da competitividade da nossa economia, da modernização administrativa e da redução das desigualdades sociais. Diminuir a taxa de desemprego para um objectivo do qual não abriremos mão. Sem emprego a dignidade humana está ameaçada, sem emprego não teremos uma comunidade valorizada". Concordo consigo. Isto foi em outubro de 2021. Passado meio ano já estamos em pleno emprego, assim o assumem. Eu sei quem é o IEFP e temos relações institucionais com eles. De facto, a questão do alfa e do ómega, cá estaremos para ver, daqui a três anos, qual é o alfa e qual é o ómega.»

José Pinto Reis - UPF: (01:41':37")

«Sr. Presidente. Eu acho que esta intervenção é, ou foi, uma clara demonstração daquilo que não é uma interpelação à Mesa.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:41':42")

«Muito bem. Eu entendo que, da próxima vez, a Margarida irá pedir antes a Defesa da Honra, considerando-se 3 minutos para uma intervenção.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:41':52")

«Sr. Presidente. Dá-me licença. Eu gostaria de explicar uma coisa. O Sr. Presidente tem, realmente, o poder nesta Assembleia, mas eu não percebo muito bem isto das 'lições de moral'. Acho que todos nós que assistimos à Assembleia e que chegámos aqui eleitos pelo povo não temos que estar sempre a levar com a mesma questão e com a mesma afirmação. Sucessivamente. A mim não me cria incómodo nenhum. Há coisas que eu ultrapasso facilmente; mau era se não ultrapassava isso. Não quero saber de formações ao fim-de-semana ou ao feriado, ou quem faz o texto ou deixa de fazer o texto. Já percebi que a Sra. pode dizer tudo aqui, mas não deve dizer algumas coisas. Devia-se resguardar um bocadinho mais para a valorizar e para a proteger um bocadinho. Às vezes falarmos e expormo-nos muito também não fica muito bem. Ficamos um bocadinho a jeito. Deixava-lhe este conselho. Não sei se somos da mesma

idade, se não somos, mas deixava-lhe este conselho porque a Sra. já por algumas vezes, tantos aos meus Vereadores, como a outros membros desta Assembleia - e não deveria ser eu a dizer isto - tem vindo sempre com as questões das lições de moral. Aqui não estão lições de moral. Nós estamos a trabalhar na política. A Sra. defende muito bem aquilo que é o Partido Social Democrata, que eu respeito, como respeito os outros partidos políticos presentes nesta Assembleia, mas não percebo sempre estas referências. Acho que podemos ir mais longe nesta Assembleia. Tenho dito, Sr. Presidente. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:43:25")

*«Muito obrigado. Fica, assim, concluído o Ponto 3 da Ordem do Dia, considerando-se **Apreciada** a Atividade Municipal.»*

O ponto 4 da Ordem do Dia, foi discutido e apreciado na primeira reunião desta Sessão, por força da alteração à ordenação dos trabalhos.

Ponto 5. Apreciação e votação da Proposta de celebração de "Protocolos de Colaboração e Concessão de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para 2022".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:43:30")

«Passamos já para o Ponto 5 da Ordem do Dia: Apreciação e votação da Proposta de celebração de "Protocolos de Colaboração e Concessão de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para 2022". Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do documento.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:43:53")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu deixava esta matéria com o meu Vereador João Semedo.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (01:44:00")

«Muito boa noite a todos. Cumprimento todos na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Relativamente aos protocolos de apoio financeiro que trazemos, aqui, a esta Assembleia - protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia, não há muito a acrescentar. Penso que os protocolos são objetivos.

Referir, de uma forma muito sucinta que se tratam de protocolos que foram construídos em articulação com as Juntas de Freguesia. Num momento inicial, apenas com cada uma das Juntas, ou seja, de forma individual, e com o fecho destes protocolos, numa reunião conjunta, de forma transparente. O valor do financiamento é o mesmo do ano passado. Estamos a falar de 240 mil euros, distribuídos pelas várias Freguesias, correspondendo à distribuição que já vinha do passado e semelhante à do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Ops projetos que trazemos nestes protocolos resultam daquilo que cada uma das Juntas nos apresentou. De uma forma geral, daremos resposta a todas as propostas.

Realçar que vemos, nestes protocolos, que os mesmo devem resultar em trabalhos que as Juntas de Freguesia consigam, de uma forma muito objetiva, fazer diferente e conseguirem contribuir economicamente com valores muito mais baixos. Não queremos que se trate de transportar apenas uma responsabilidade que poderia ser da Câmara, por via de uma subcontratação para a Junta de Freguesia. Entendemos que os trabalhos devem ser, se não for no seu todo, pelo menos numa parte, melhor valorizados por serem geridos pelas Juntas de Freguesia.

Queremos destacar, na discussão destes trabalhos a realizar, o papel de cada um dos Presidentes de Junta, os elementos das diferentes autarquias que estiveram mais presentes nestas negociações. Agradecer-lhes o empenho, a forma afincada com que cada um defendeu os seus trabalhos.

De uma forma geral não temos, para já, muito mais a acrescentar, a não ser a forma como o Protocolo foi desenhado. Ele mantém os mesmos objetivos, com uma organização, entendemos nós, mais objetiva, que permite a cada um dos membros da Assembleia podê-los comparar entre Freguesias, quadros resumo. E também uma novidade, que é um acompanhamento mais estreito, com mais relatórios. Com isto não se pretende fiscalizar cada um dos Presidentes de Junta. É podermos estar mais próximos.

Há uma preocupação muito calar dos nossos Presidentes de Junta que também é uma preocupação do nosso Executivo, que é a escalada de preços que está a ocorrer e o grande receio de não poder cumprir todo o protocolo. Pois bem, com este acompanhamento que nós pretendemos ter, com esta proximidade, será mesmo para conseguirmos, quase que em tempo real, aferir se, realmente, podemos aferir todas estas propostas. Vamos crer que sim, vamos ser otimistas. Cá estaremos, enquanto Município, as nossas Juntas de Freguesia.

Nada mais tenho aa acrescentar, Sr. Presidente. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:47:56")

«Muito obrigado. Passaria ao processo de abertura de inscrições para as intervenções, a começar pelo Partido Socialista.»

Pedro Martins - PS: (01:48:28")

«Muito obrigado, sr. Presidente. Sobre o protocolo, os diversos protocolos, a serem assinados entre a Câmara e as nossas Juntas de Freguesia, tenho uma ou outra questão. Aliás, o Vereador João Semedo já o referiu e eu começaria, precisamente, por aí. A Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, com a explanação feita pelo Vereador João Semedo, refere que há uma intenção da Câmara estar mais próxima das Juntas de Freguesia. Eu acredito que sim, acredito na bondade da Câmara relativamente a isso. Não tenho nenhuma dúvida. Mas também refere a escalada de preços. Ou seja, esta é que é a questão pertinente e preocupante, porque a escalada de preços nos materiais de construção - sabendo que uma grande parte das verbas destes protocolos se destinam a obra física, obra pública - verifica subidas consideráveis. E já não é de agora, já é do ano passado, já era conhecida no ano passado. Já no ano passado se assistia a isso. Admito que as Juntas, no ano passado, não tenham sentido muito esse impacto porque teriam algum stock de materiais, no caso das obras diretas, feitas pelas Juntas; no caso de terceiros, feita por empreiteiros, aí terão notado o impacto. A Câmara também tem conhecimento, obviamente. E todos temos, aliás. Não só o agravamento dos materiais de construção, mas mais pela inflação que se tem verificado na economia em geral. O aumento dos preços na área, no setor,

da construção civil é exponencial. Não só nos materiais de construção, mas também em matéria de mão-de-obra.

Portanto, neste momento, a Câmara Municipal já sabe que esses valores vão ter um incremento - já estão a ter nestes meses e vão ter durante o ano. Essa antecipação poderia ter sido feita. E porquê tudo isto? Porque é que eu estou a referir tudo isto?

O que acontece é que a Câmara Municipal, este ano, contrariamente a uma tendência que se desenhava de alguns anos a esta parte, não subiu o valor protocolado com as Juntas de Freguesia. Sr. Presidente corrija-me se estou errado, mas é a indicação que eu tenho. Portanto, não subiu.

Isto são protocolos preparados, debatidos, quero acreditar que sim, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Quero acreditar que os Srs. Presidentes das Juntas também defenderam os seus interesses. E não é, agora, a Assembleia que se quer imiscuir nessa matéria. Mas penso que se impõe esta chamada de atenção. Havendo, logicamente, boa fé de parte a parte, eu acho que, este ano, forçosamente, teria que haver um aumento da verba destinada às Juntas. Este ano houve uma estagnação das verbas, relativamente à evolução positiva dos anos anteriores, quando é o ano que exige mais esse aumento. Eu penso, Sr. Presidente da Câmara, que deverá haver uma explicação um bocadinho melhor, se mo permite, sobre estes números. Muito obrigado.»

José Pinto Reis - UPF: (01:51':54")

«Boa noite a todos. Boa noite Sr. Presidente. Boa noite Srs. Secretários. Restantes autarcas. Eu começava pela intervenção final. Existe uma dualidade de pensamentos no Partido Socialista, porque, enquanto a nível nacional, acha que os aumentos da inflação não devem levar a um aumento dos salários, aqui, acha que um aumento da inflação dos materiais de construção deve levar a um aumento dos valores protocolados. Todos nos gostaríamos e gostamos de apreciar o aumento dos valores protocolados. Penso que é um desiderato para todos que, ao final de quatro anos, tenhamos verbas diferentes daquelas que temos hoje. Aquilo que hoje nos apresentam são protocolos que foram negociados, livre e espontaneamente, pelas partes. Todas gostariam de ser mais otimistas, de serem mais ambiciosas, mas num sentido de coerência, daquilo que tem sido a gestão autárquica de prudência, julgamos que é correto o envelope que está envolvido nestes protocolos, nestas transferências.

Apelamos ao Executivo para que o caminho seja, por um lado para estar atento a estas subidas dos materiais de construção, dos custos de produção associados às obras, e que, nos anos seguintes, possamos fazer um caminho ascendente e possamos falar de outros números, dentro de quatro anos. Muito obrigado.»

Flor Agostinho - PSD: (01:54':03")

«Eu peço desculpa ao Pedro Martins, mas tenho que subscrever o que disse. Está correto tenho que utilizar as suas palavras. O Pedro Martins disse e muito bem, basta ir ver as contas que aprovámos ainda recentemente, e o relatório dessas contas dizia que, em 2020, foram atribuídos 210 mil euros e, em 2021, foram atribuídos 240 mil euros, em termos globais, para as Juntas de Freguesia. Portanto, verificou-se, aqui, um acréscimo de 30 mil euros, e que já vinha de anos anteriores.

Recordar que o Pedro Martins esteve muito bem porque os custos de materiais, foi hoje aqui assumido, se está a verificar e que anda na ordem dos 30%. Seria inimaginável o que hoje se está a verificar com a construção civil, em Portugal. E, para além disso, os custos de mão-de-obra, como disse e muito bem. Hoje não temos funcionários para trabalhar, as obras ficam paradas e, para não ficarem paradas, têm os empreiteiros de recorrer aa trabalhadores de última hora, têm que lhes pagar mais, têm que pagar horas extraordinárias, para ver se conseguem executar as obras conforme o que está planeado e contratualizado.

Agora, dirigindo-me ao Sr. Vereador João Semedo, para lamentar as alterações que foram introduzidas em todo este processo. Tanto quanto me apercebi no passado, e não me quero intrometer nas negociações que foram feitas pelas Juntas - com certeza que isto já passou pelos Executivos das Juntas e pelas Assembleias de Freguesia - havia muito mais flexibilidade na gestão destes dinheiros do que está a haver hoje. Hoje, há um controlo, uma dinâmica, que até me parece que estão a desconfiar das Freguesias. São quatro relatórios. Um já foi à vida, Sr. Vereador, como deve reconhecer, porque, de acordo com a cláusula 5.^a, o primeiro relatório teria de ter sido apresentado a 15 de junho. Hoje, estamos a meio do mês de maio, as verbas só vão ser transferidas lá para o princípio de junho. Portanto, a 15 de junho já não deverá haver relatório possível, porque nada terá sido feito. Ficam 3 relatórios. E depois dos relatórios há uma sucessão de mapas para preencher, de execuções mensais. Eu acho que isto é uma coisa que não faz qualquer tipo de sentido na gestão de confiança que deve existir entre os órgãos autárquicos. E porque é isso que diz o vosso programa, na página 11. Que vão incrementar a independência entre as autarquias, que devem ser alcançados acordos de transferência de competências mais ambiciosos para as Freguesias, a concretizarem contratos plurianuais, a manterem a independência entre os vários órgãos. E isto cria aqui um sistema de burocratização. Depois, também não entendemos, nós, para que é que são os 15%? Porque é que as Freguesias são obrigadas a imputar 15% dos seus orçamentos nesta despesa? Se nós contabilizarmos mais 15% da Junta, contabilizarmos o IVA - que nalguns casos é de 23% - mais os 30% que o Pedro aqui tentou explicar, que são os custos adicionais com os materiais e com a mão-de-obra. Uma Junta que vá fazer uma simples obra, lá no cemitério, e que são 10 mil euros, vai suportar 16 mil euros. Eu pergunto onde é que a Junta tem o outro dinheiro para executar a obra. Ou as Juntas de Freguesia não vão realizar a maior parte destas obras, ou então vão ficar atrapalhadíssimas no final do ano, com as obras a meio ou por realizar, e com compromissos assumidos com empreiteiros.

Eu faço um apelo para que o Sr. Vereador corrija esta exigência, que me parece desnatura, que me parece pouco natural, face às realidades que o Sr. Presidente da Câmara, aqui, hoje, constatou. Que é a realidade de quem está no mundo da construção civil e que sabe porque é que as obras paradas, porque é que os materiais crescem e porque é que há acordos de reequilíbrio financeiro que as empresas, sistematicamente, pedem ao mundo administrativo e à administração pública: "olhe lá, Sr. Estado, acordámos pagar 1 milhão ou receber 1 milhão, mas hoje 1 milhão não chega e tem que nos dar 1 milhão e 300 mil". Isto está a ser um pandemónio na administração pública porque o Governo não resolve e o Código da Contratação Pública não esclarece como resolver. E hoje, algumas das empresas já estão a entrar em agonia ou em falência porque assinaram contratos com um valor e, depois, têm que suportar mais 30 ou 40%. E, depois, a parte administrativa não funciona porque não tem os meios para corrigir ou para resolver estas questões pontuais.

Portanto, eu pedia, por favor, uma maior contemplação para com as Juntas, que libertasse as Juntas de toda esta burocracia e que lhes fosse permitida uma maior flexibilidade e que também lhes permitisse fazer, aquilo que a Câmara se permite fazer, que é efetuar transferências orçamentais, transferir verbas de uns projetos para os outros. Porque as Juntas não vão conseguir concretizar o que aqui está previsto. Há ações que são possíveis. Na contratação pública temos duas formas: ou contratamos pelo valor do bem - e o valor do bem é aquele - ou contratamos até ao máximo daquilo que queremos adquirir. Ou seja, se eu quero alcatroar vou dizer: 'vou alcatroar 30 mil euros de estrada', e então gasto até 30 mil euros. Alcatroo uma ou duas. Se eu quiser fazer os arruamentos lá no cemitério, vou gastar até 20 mil euros nos arruamentos. Pronto, faço só um arruamentozito, não faço os dois ou três que tinha previsto. Agora, se o Sr. Presidente da Junta que definem muito concretamente qual é a obra, por

exemplo, uma sala de formação no Mercado. São 20 mil euros. Tem que fazer a sala toda, não vai fazer só metade da sala. Não vai chegar aos 20 mil euros e a sala ficar a meio. Fazer outros passeios? Isso é possível. Não faz todos, faz meia dúzia de passeios, gastou os 30 mil euros, mas não fez tudo aquilo que pretendia. O caso do estacionamento na Rua Sacadura Cabral. Tem aqui 12 mil e quinhentos. Se o dinheiro não chegar a rua fica a meio? Vocês têm que permitir que o Sr. Presidente da Junta possa ir buscar o restante da verba em falta a uma outra rubrica. Penso que é assim que se faz a gestão, nos dias de hoje. Os dias de hoje, como foi dito pelo Pedro e muito bem, estão complicadíssimos ao nível da construção civil. Pede-se mais flexibilidade e menos rigor, porque sabemos perfeitamente que o Sr. Vereador sabe do que está a falar, é especialista na matéria, sabe o que é fazer fiscalização de uma obra e sabe quais são os constrangimentos dos empreiteiros. Não digo que reúnam novamente com as Juntas, mas tenham outro tipo de relacionamento com as Juntas no sentido de elas poderem executar alguma coisa, pelo menos. É o que eu peço.»

Luís Diamantino - Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo: (02:02:23")

«Ora boa noite a todos. Um cumprimento especial ao segundo secretário, Sr. Luís Vilarinho, que muito honra a Freguesia por estar nesse lugar, mesmo que temporário. Depois de tudo o que já aqui foi dito, foi pertinente a intervenção do Dr. Pedro Martins e a intervenção do Flor Agostinho também, mas dizer ao Dr. Pinto Reis que nem tudo foi um mar de rosas. Discordo um pouco do que o Flor Agostinho disse. Nós vamos assinar o protocolo dia 18 de maio, e eu espero que a transferência do dinheiro surja mais cedo. Ok, 50% é no dia, já temos essa garantia.

Eu vou partilhar alguma coisa daquilo que nós partilhámos nas reuniões com os meus colegas, com o Presidente. É óbvio que não vou, nem devo, dizer tudo, mas vou partilhar algumas coisas que se passaram. Começo por dizer que na minha Freguesia o protocolo foi aprovado por unanimidade. Mas o facto de ter sido aprovado por unanimidade não quer dizer que esteja tudo bem. Como já disse ao Sr. Presidente, não percebo e nem acho útil estas percentagens que definiram para as obras. Nós temos um passado que é selo de garantia. Quando nós dizemos que fazemos a obra, nós fazemos a obra, independentemente da percentagem ser 85%, 70%, 20%... quando a Junta diz que faz, a Junta faz. Nem que tenha que investir quase o dobro daquilo que a Câmara investe. Disse-lhe, na altura, que não compreendia isto, que não via qualquer vantagem nisto. O Sr. Vereador defendeu o ponto de vista dele. Aliás, Sr. Vereador, gostei de o ouvir hoje, na apresentação que fez. Desiludiu-me a sua apresentação na reunião de Câmara quando aprovaram estes protocolos. Desiludiu-me. Ainda mais na minha Freguesia. Achei que não valorizou esse ponto na sua reunião de Câmara. Digo-lhe, aqui, frontalmente.

No fundo, o que importa é que as obras fiquem feitas. E certamente irão ser feitas. Eu acredito que se o dinheiro não chegar, que uma ou outra poderá não ser totalmente feita este ano, mas, mais mês. Menos mês, ela acabará por ser feita.

Também não concordo, e disse-o, que não sei parar que é que tanto relatório. Transparência sim, sempre fomos transparentes com a Câmara, mas acho que quatro é demais; acho que dois chegavam perfeitamente. Discordamos nisto. Vocês levaram essa a avante, nós levámos outras. Também já lhe disse, em reunião, que vai ser difícil, a mim e aos meus colegas, até 31 de maio apresentar o plano de trabalho, como está aqui definido. Eu peço cotações, peço orçamentos e começo a ter fornecedores que se recusam a dar orçamento ou, até mesmo, se recusam a fazer. Posso dar um exemplo. Eu precisava de manilhas e dois fornecedores recusam-se a fazer as manilhas. Vai ser extremamente difícil, mas vamos tentar dar a volta. Mas até 31 de maio não consigo dizer nada e duvido que os meus colegas consigam dizer.

Apesar disto tudo, chegámos a um acordo, num ano zero. Este vai ser o ano zero. No meio disto tudo, temos três elementos que se mantêm do passado, temos um quarto elemento que vem do passado, mas numa posição diferente. Mas é o ano zero. Acho que o Sr. Presidente nos deu essa indicação - corrija-me se estiver errado - que, no futuro, a verba tem tudo par ser mais alta. E eu para pedir não gaguejo.

Por último, o que me preocupa mesmo, e o Sr. Presidente sabe-o bem, é o Decreto-Lei n.º 57/2019. Isso é que eu faço um apelo forte para que, com o seu Executivo e o seu Gabinete Jurídico, pegue nesse assunto para definirmos - até porque estamos em novo mandato - quem é o dono das competências. Nós sabemos, nesse Decreto, quem é o dono das competências, mas temos de o definir. Sabe, desde o início que partilho esta posição consigo, que temos de definir como é que isso fica. Faço aqui este apelo para que pegue neste assunto e para que possamos trabalhar isto o mais rapidamente possível, de modo a não estarmos a viver uma ilegalidade.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:08':20")

«Eu dava, de novo, esta fase de respostas ao meu Vereador.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (02:08':28")

«As preocupações que demonstraram acho que vão de encontro à introdução que eu tinha feito. Nós não temos qualquer dúvida do panorama atual e com muito poucas certezas que ele possa melhorar ou, até mesmo, estabilizar. O que, se ele estabilizasse, já não era tão mau.

Deixar aqui uma palavra de alguma calma porque as palavras que o Dr. Flor Agostinho usou, acerca deste conforto para as Juntas de Freguesia, foi o que foi passado. Certamente não lhe passaram essas observações, mas passaremos aqui para tranquilizar os Srs. Presidentes de Junta. Estaremos cá sempre. Temos noção que poderemos correr esses riscos de não conseguir fazer tudo. Não podemos é pensar que a escalada de preços queira dizer alguma estagnação ao dia de hoje. Temos que pensar no futuro e cá estaremos nós para, em conjunto com os presidentes, irmos analisando a situação e, na devida altura, ponderarmos mediante as condições financeiras da Câmara. Se vamos trabalhar com o valor total que temos para o Protocolo, ou se até poderemos ter capacidade, mais à frente, para podermos reforçar essas verbas. Daí esta proximidade que pretendemos, com toda a consciência do panorama que temos e da dificuldade que vão ter, que é, também, a dificuldade que nós temos com a execução das obras na Câmara e que qualquer um de nós tem se tiver trabalhos na sua casa, infelizmente.

Na questão dos relatórios também queria deixar mais uma anotação. Não vemos isto, como disse no início, como uma fiscalização. Isto é um documento que esta Assembleia passará a ter e que lhe permitirá também saber como é que foram os desenvolvimentos dos trabalhos. E de forma tranquila, como também tentei tranquilizar os Srs. Presidentes de Junta. O nosso Presidente da Gafanha do Carmo, Luís Diamantino, ainda não está tranquilo porque ainda não fizemos este pequeno briefing inicial após a assinatura dos Protocolos. Mas mantenham-se serenos porque isto são documentos que estão preparados por forma a que seja só necessária a introdução e valores. Cá estaremos com os nossos presidentes para os ajudar e para não complicar isto. Isto não são documentos para complicar, são documentos para sistematizar a informação. Mantenham-se tranquilos que isto vai ser bom para todos. Vamos ter mais transparência. Vai ser mais fácil para vocês analisarem e até para a organização da própria Junta. Isto não deve ser visto como mais um trabalho, como mais um problema,

mas sim como uma forma de organização. Passo a palavra ao Sr. Presidente para a conclusão da informação.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:11:20")

«Bem, eu daria três ou quatro notas que acho importante eu referir.

Esta intenção do Executivo trabalhar desta forma o projeto das Juntas de Freguesia para estes quatro anos, tem como noção aquilo que nós mostrámos que vamos ser capazes de fazer, com transparência no processo.

Eu não tenho dúvidas nenhuma sobre as qualidades dos colegas que tive comigo nos últimos oito anos em que fizemos contratos com a Câmara. Depois, levámos com um processo a meio que foi a Lei 57 que o Luís referiu, e bem. Eu já falei com os Presidentes de Junta e quero rever esta questão da descentralização e este processo, porque há muitas coisas que não foram resolvidas no mandato anterior, que nós as aceitámos, mas que, agora, têm que ser revistas. Até posso perder razão e alguma força naquilo que defendi, mas que, hoje, faço outra interpretação das coisas, porque a noção que eu tenho dos processos, a nível autárquico - e que não nos foi passada, nomeadamente nas licenças de ruído e desses processos - é que as Juntas não conseguiram ganhar pessoal para trabalhar e, portanto, respeitando isso, temos que rever essas matérias. Apesar dos nossos Presidentes de Junta terem, hoje, uma vida diferente nas suas Juntas de Freguesia, onde o Augusto está a tempo inteiro, o Luís Diamantino está a meio tempo, e a dificuldade que há em abrir uma secretaria para responder à sua comunidade, aos seus fregueses, porque já é uma responsabilidade muito grande, por não haver um quadro de pessoal. E vejo também as dificuldades que o Presidente Carlos António Rocha tem demonstrado e tem falado connosco na angariação de recursos humanos para trabalhar, e os problemas que tem tido também nas pessoas que lhe aparecem e que muitas das vezes não chegam a passar um dia no posto de trabalho.

Eu deixaria ainda esta nota. Avaliaremos este ano, com base também num trabalho exaustivo que foi feito pelas Juntas de Freguesia e pelo anterior Executivo, em que tentámos ter um relatório muito semelhante nas Juntas de Freguesia. Hoje, quando consultei esses relatórios, nem sempre tive acesso a ele, verifiquei que se tivéssemos uma normalidade na avaliação final, era bem melhor do que termos um relatório que fosse totalmente diferente uns dos outros. Acho que aquilo que vamos conseguir é um produto excelente para nós podermos comprar no próximo ano e continuarmos a trabalhar com ele.

Relativamente às questões do rigor, é precisamente isso que nós defendemos, professor Flor Agostinho. Enquanto membro da bancada do PSD, tem-nos exigido isso, esse rigor. Tem apresentado sempre, de alguma forma, o rigor do trabalho dos nossos serviços. Estamos a transportar para os nossos serviços uma facilidade de avaliação, de interpretação e que o Executivo saiba também dar essa formação interna, para que possamos ter este trabalho e a contingência política ser outra, tal e qual como temos os documentos de avaliação daquilo que é o trabalho com as nossas Associações.

O termo que usamos aqui é um protocolo de concessão de apoio financeiro. Aquilo que é o projeto autárquico de cada Junta de Freguesia está espelhado, de certeza absoluta, naquilo que foram as candidaturas que chegaram à nossa comunidade. O que estamos aqui a fazer é incrementar um apoio nas nossas Juntas de Freguesia - e o meu Vereador disse isso - para que a elaboração desses projetos seja possível.

As Juntas também têm, através do Fundo de Financiamento das Freguesias, algumas delas com receitas próprias, outras sem receitas próprias, podem gerir fundos para realizarem as suas obras. Eu percebo que o conjunto seja difícil, mas aquilo que nós estamos a pedir é esse esforço. E vamos estar, com as reuniões periódicas, com uma resposta muito assertiva para aquilo que são as necessidades.

Eu posso dizer-lhe que, enquanto Presidente da Junta, também não consegui cumprir completamente com aquilo que tinha sido o acordo e houve uma alteração de verbas, como houve na Gafanha do Carmo e como houve noutras situações. E concordámos. Não vamos ser muito diferentes a esse nível. Quando não pudermos fazer uma obra, iremos perceber que haverá outra obra que poderá precisar de financiamento e estaremos cá para isso.

Mas não se esqueça de uma coisa. Isto foram projetos que as Juntas de Freguesia pensaram. Tivemos qualidade de trabalho mais que suficiente para dizer que estamos cá, todos em conjunto, para apresentarmos no território essas obras. Se não for este ano, há de ser no próximo, mas estaremos todos para ver esse trabalho.

Relativamente áquilo que o Luís disse, mal era se nós tivéssemos sempre um mar de rosas nas nossas reuniões. Eu espero que sejam sempre conclusivas. Agradeço ao Carlos António todo o esforço que fez, até ao último dia em que lutou sempre pelos princípios que sempre defendeu, dando uma prova de acreditar em nós e que nós iremos cumprir com esse trabalho.

Realmente, é o ano zero. Estamos a dar aqui uma nota do que era a informação que recebemos, num Orçamento que arrancou com 29,9 milhões. Hoje está em 35 milhões. Nós vamos tentar que todas as receitas aconteçam. Temos situações em que as receitas próprias da Câmara ainda nem sequer se movimentaram. Vamos ver como é que se comportam as receitas do IMI e o IMT, todas as receitas que dependem da Câmara, e estaremos cá, de uma forma consciente, para validar, no futuro, essas situações de necessidade de financiamento ou de necessidade de materiais. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:17:46")

«Muito obrigado. Abro as inscrições para uma segunda ronda de intervenções.»

Pedro Martins - PS: (02:18:20")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quase que nem viria aqui, mas há uma questão que eu gostava de colocar à Câmara Municipal. Acabámos de ouvir a promessa de que nós, Câmara Municipal, cá estaremos. Ainda bem. O Sr. Vereador usou a expressão 'tenham calma', nós estamos calmos. Como é que a Câmara, pondo a hipótese, que foi até referida pelo Presidente da Junta da Gafanha do Carmo, Luís Diamantino, que poderemos estar na eventualidade de alguma obra não ser concluída ou executada - não sei se isso se estende às outras Juntas de Freguesia - quela é, então, o plano da Câmara para o caso deste agravamento dos custos, esta dificuldade de contratar, etc., qual é o plano da Câmara. A Câmara prevê, concretamente, o quê? Rever os protocolos? Dar outro tipo de apoio? Gostava, se puderem, que esclareçam esse ponto, porque poderemos estar nessa eminência de, no decurso do ano, haver alguma obra que não seja executada e isso não seria bom para as Freguesias, nem para a Câmara, nem para os Municípios.

Era só esta questão que eu gostava que esclarecesse melhor, o que é que significa quando a Câmara diz que 'vai estar presente, que estamos cá, que vamos resolver'. Então, qual é a solução para o caso de ser necessário.

Para concluir, apenas uma resposta ao Pinto Reis, que também merece uma resposta, como é evidente. Não vamos confundir a taxa de inflação geral, que existe e que está a disparar, é uma dificuldade que todos nós sentimos, mas que o Governo tem um plano ao nível da macroeconomia e de medidas que poderá adotar e outras que já adotou. Mas o momento não é o próprio para debater isso, porque vamos desviar-nos um pouco

do que interessa aqui ao nosso Município. Mas gostava de referir que uma coisa é a taxa de inflação média da economia em geral, outra coisa é o agravamento exponencial dos custos das obras públicas. Esse agravamento não tem nada a ver com a taxa média da inflação que neste mês chegou aos 7%. No setor da construção estamos a falar de 20%, 30%, tanto nas obras públicas, como na construção civil. Portanto, é muito mais. E já agora, gostaria de frisar que o Governo está a preparar legislação específica sobre essa matéria, para, ultrapassando as limitações do Código da Contratação Pública, permitir que nos contratos das obras públicas para que o empreiteiro e o dono da obra possam atualizar os preços, de forma a permitir obter o equilíbrio financeiro dos contratos. Portanto, o Governo está a atuar. Isto é uma coisa. A taxa de inflação é outra e que tem outro tipo de combate e outro tipo de medidas. Muito obrigado.»

Luís Diamantino - Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo: (02:22:00")

«Sr. Vereador. Eu estou tão tranquilo que lhe posso garantir que, na minha Junta, estamos organizados. Nem precisamos desses documentos para estarmos organizados. Nós sabemos organizar, fique tranquilo.»

Flor Agostinho - PSD: (02:02:23")

«Eu só venho aqui manifestar o meu agrado. Uma coisa é o que está escrito, limitei-me a ler o que estava escrito, outra coisa é aquilo que o Vereador João Diogo nos trouxe. É uma coisa totalmente diferente. O que está escrito são cláusulas, são regras, são contratos, são normas para cumprir. O que o Vereador João Diogo veio agora dizer foi para termos calma que tudo se há de resolver e se for preciso reforçar cá estaremos. Agora, poderia complementar com as questões que o Pedro Martins colocou, e bem. Portanto, era importante sabermos se a Câmara já tem algum plano B para resolver algumas das situações.

Achamos que é preciso um plano B. Aquilo que o Sr. Vereador nos vai dizer é que o plano B existe e vai existir, e na altura, certamente, se irão juntar à mesa e vão resolver o problema.

É como o Pedro Martins está a dizer que o Governo vai resolver o problema. O Decreto-Lei 30 não foi suficiente vão ter que fazer outro, e vão ter que estender o valor da contratação das obras para mais 20, 30 e 40% para depois possa haver o tal reequilíbrio financeiro. E também é isso que vai acabar por fazer a Câmara. Vai ter que ajustar e vai ter que dizer aos Presidentes de Junta para terem calma, se não fizerem esta não, farão para o ano. Para o ano a Câmara irá reforçar ou pagar e a obra há de ser concretizada tal e qual como foi prometida aos munícipes.

Só para agradecer as palavras do Sr. Vereador e que nos tranquilizaram.»

Carlos António Rocha - Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré: (02:24:37")

«Boa noite a todos. Cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa. O Sr. Presidente da Câmara e Vereação. Cumprimentar os colegas e o público.

Nesta minha primeira intervenção, neste mandato, nesta Assembleia Municipal, ela será, provavelmente, a intervenção mais curta que algum membro o faz. Para dizer coisas que eu entendo que são importantes, não é preciso falar muito.

Começaria por dizer, em primeira instância, que fiquei muito agrado coma insistência e veemência citou, e bem, que o Presidente Carlos António defendeu, até ao limite das suas forças os interesses da Freguesia da Gafanha da Nazaré. Isto é importante. Era assim no passado, é assim no presente e há de ser assim no futuro, enquanto eu for Presidente da Junta de Freguesia.

Depois, queria deixar uma segunda nota. É importante e relevante ficar, hoje, assinalado nesta Assembleia Municipal. A assinatura e o acordo destes Protocolos, que eu espero

que sejam aprovados, hoje, em Assembleia Municipal, têm, da parte da Junta de Freguesia para com a Câmara Municipal de Ílhavo, uma prova de total confiança em tudo aquilo que foi hoje dito aqui. Como todos sabemos, neste processo ficaram algumas respostas por serem dadas e que são da capital importância para o funcionamento das Juntas de Freguesia, para o bom relacionamento entre as instituições. Isto é, de facto, uma prova de grande confiança neste executivo da Câmara Municipal. Muito obrigado.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:26':06")

«Três breves notas. Eu acho que o sr. Pedro Martins está a sofrer um bocadinho por uma urgência de algumas respostas que nós vamos dar com algum tempo, sobre as matérias que refere. Uma das coisas que eu tenho notado quando tenho falado com os empresários é que há, neste momento, uma quebra brutal das vendas, porque toda a gentes está à espera de um colapso da economia. Eu não sei se tem conhecimento disto, não é a sua área, também não compra tudo nestas áreas dos materiais de construção, mas estamos com um problema gravíssimo a este nível. Aliás, as matérias primas subiram brutalmente, associadas ao custo dos transportes e, neste momento à situação na Ucrânia, nomeadamente no setor da cerâmica plana, artística e decorativa, sofremos umas pancadas bem fortes, concretamente com o custo do gás. O cimento e todos estes materiais que vão fazer parte das obras que os nossos Presidentes das Juntas elencaram e que têm consumos nestas matérias. Eu acho que ainda podemos ter, até ao final do ano, uma inversão em relação à escalada de preços que aconteceu até aqui e haver um retrocesso. Os 30% que são a margem do lucro e a subida dos materiais pode-se reduzir para ganhar aqui um spread sobre a aquisição e o volume, ou outra questão. Deixarei aos operadores comerciais essa gestão, mas também lhe deixo esta nota de algumas das conversas que tenho tido com os empresários que estão muito receosos com esta situação, porque o consumidor já percebeu isso. Como não faltam obras e não falta trabalho para acabar, algumas das matérias que eles estão a consumir não de acabamentos, não de final de obra, até se tem estabilizado; o aumento de preços até nem tem sido tão grande. Uma das coisas que o Presidente da Junta da Gafanha do Carmo falou, as manilhas, e o tubo corrugado em substituição das manilhas, e que subiu o preço para o dobro. Estamos a par e sabemos disso perfeitamente.

O melhor plano B que nós temos para isto tudo é a proximidade do meu Vereador às Juntas, por determinação de trabalho conjunto da nossa equipa de Vereação, e de um permanente diálogo aberto. E o Carlos António veio provar isso. vamos responder muito bem a esta situação. Se tivermos alguma obra que não se consiga executar, nós temos as fases de pagamento aqui espelhadas.

As obras foram indicadas pelos Presidentes das Juntas. Eles têm prioridades porque também têm objetivos naquilo que é o serviço à comunidade. Quando se falou aqui na sala de formação, é um projeto que eu já tinha ouvido falar ao Carlos António e que agora nós vamos consumir no nosso Mercado da Gafanha da Nazaré.

Não tenho muito para lhe dizer sobre como é que vamos tomar a decisão ou como não vamos. Nós vamos acompanhar isso, estamos no ano zero, como já foi aqui dito, e temos em cima da mesa um trabalho diário com as Juntas de Freguesia, porque muitos dos nossos trabalhadores, desde os que cortam a relva, os que fazem uma pequena manutenção, uma pequena intervenção nos nossos Centros Escolares, também eles colaboram nesta limpeza e neste trabalho de sinalização.

Eu acho que aquilo que o Vereador João Semedo disse sobre a tranquilidade, Luís Diamantino eu também estou tranquilo relativamente a esta situações. E acho que vais

responder, em primeira linha, às exigências, porque conheço os vossos relatórios do passado. Não haverá problema nenhum porque as respostas das Juntas de Freguesia vão ser muito claras.

Em relação ao professor Flor Agostinho. Eu insisto nesta questão das cláusulas. Foi a maneira que nós encontramos para vincar uma posição de relacionamento com as Juntas e vamos ver o que isto dá.

Perante o Carlos António, tenho três coisas a dizer-lhe. Espero que o trabalho que ele vai fazer como Conselheiro nacional da ANAFRE - dou-lhe publicamente os parabéns - que seja um trabalho que permita, de uma vez por todas, às Juntas de Freguesia assumirem-se e manter uma relação com o Governo, como tem sido feito até aqui. E que a Lei das Finanças Locais chegue a 2023 com todos os reembolsos que nós queremos e desejamos. Tens vindo a partilhar estes momentos de decisão comigo, momentos que espelham o esforço que as Juntas têm que fazer para lhes chegar o dinheiro certo e não andarmos com cativações de dinheiro por parte do Estado, em vez de o entregar às Juntas.

Relativamente a esta questão dos Protocolos. Fomos sempre os dois muito trabalhadores nesta matéria. Tivemos sempre discussões sobre isto. Estivemos lado a lado em algumas lutas. O Augusto e o Luís que me perdoem, mas esta é a realidade, temos Juntas com uma dimensão e realidade no território, com outros serviços e com outras equipas de trabalho. Nós cá estaremos para fazermos, também, o nosso melhor. Iremos respeitar isto e vamos, da melhor forma, dar essa resposta, até atendendo a uma coisa que o Luís Diamantino disse e que já sabem da minha parte: temos que rever a Lei 57 e rever aquilo que foi feito no passado, para estabilizar o processo. Se são os valores que estavam acordados no Orçamento ou não. Se pudermos inserir algum reforço para eu vocês encontrem disponibilidade para o vosso dia-a-dia, visto que algumas das vossas reservas têm vindo a recair sobre falta de disponibilidade financeira para o dia-a-dia.

Este é o registo que eu tenho, apesar de nós também sabermos que, muitas das vezes, temos como objetivo oferecer à nossa comunidade outros projetos e outras dinâmicas que a Lei não preconiza, mas que dá abertura para fazer.

Eu acho que os Presidentes de Junta, os que eu conheço, e que estão todos aqui, têm que ser aventureiros e têm que correr alguns riscos com isso. E aqueles que têm receitas, também é necessário revermos a questão das receitas porque muitas delas estão associadas a tabelas de taxas que vão depender da votação desta Assembleia. Muito obrigado, Sr. Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:33':36")

«Concluído o período de discussão e das intervenções, vamos proceder vamos proceder à Votação do Ponto 5 da Ordem do Dia: Apreciação e votação da Proposta de celebração de "Protocolos de Colaboração e Concessão de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para 2022".

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Os Protocolos de Colaboração e Concessão de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para 2022 foram aprovados por **Unanimidade.**»

Os trabalhos foram interrompidos para um intervalo de 10 minutos.

Ponto 6. Apreciação do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição 2021.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (00':36")

«Peço, por favor, que retomem os vossos lugares. Vamos avançar para o Ponto 6 da Ordem do Dia: "Apreciação do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição 2021". Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01':02")

«Obrigado, Sr. Presidente. Não tenho muito mais a dizer do que o que está no documento. Deixo-o à consideração, uma vez que é para deliberar Tomar Conhecimento. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01':14")

«Questiono se há alguma inscrição para intervenção neste ponto. PSD. Muito bem.»

Margarida Alves - PSD: (01':50")

«Boa noite, novamente. Sr. Presidente, eu não preciso de reservas. Eu não reservo nada na minha vida, nem tenho nada que reservar, se não, não me expunha aos cargos que tenho. E quando à minha reserva, assumo todas as consequências, seja na posição, na oposição, no meu trabalho na minha vida pessoal e social, e política. Relativamente a este documento, apesar de ser um relatório, só para dar nota, de forma isenta o digo, que faz falta aqui a menção ao Bloco de Esquerda e ao CDS-PP e que fizeram parte da Assembleia Municipal no mandato anterior e que findou com a Tomada de Posse desta Assembleia e do Executivo. Era só para dar nota disto. Só esta chamada de atenção porque eles fizeram parte da Assembleia Municipal. Da mesma forma que o CHEGA está neste relatório, seria importante fazer esta referência ao Bloco de Esquerda e ao CDS-PP. Muito obrigada.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03':02")

«Obrigado, Sr. Presidente. Não tenho nada a referir e aceito aquilo que foi proferido pela Margarida.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03':20")

*«Não havendo mais intervenções, fica, assim, concluído o Ponto 6 da Ordem do Dia, tendo sido **Apreciado** o Relatório do Estatuto do Direito de Oposição 2021.»*

Ponto 7. Apreciação e votação da proposta de Regulamento das Transmissões da Assembleia Municipal de Ílhavo e Alteração do n.º 2, do artigo 6.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03':54")

«Chegamos assim ao último ponto, ao Ponto 7 da Ordem do Dia: "Apreciação e votação da proposta de Regulamento das Transmissões da Assembleia Municipal de Ílhavo e Alteração do n.º 2 e n.º 3 do artigo 60.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo".

Permitam-me que faça uma pequena nota prévia de justificação para a apresentação da proposta.

Por um lado, está preste a esgotar o prazo de seis meses para a concretização do artigo 60.º do regimento e o compromisso assumido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal para a criação de condições de transmissão das Sessões da Assembleia Municipal. Por outro lado, conforme foi transmitido ao nosso Núcleo de Apoio, quer pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, quer pela sua Chefe de Gabinete, têm sido desenvolvidas algumas ações no seio da CIRA para a implementação, obrigatória por lei, de processos de promoção do Regulamento Geral de Proteção de Dados, emanado por diretiva europeia, nos 11 Municípios, tendo alguns iniciado já o processo, como é o caso de Oliveira do Bairro.

Assim, foi elaborada a presente proposta de Regulamento da Assembleia Municipal - que pode, eventualmente, derivar para um regulamento municipal, cajo haja desenvolvimentos jurídicos na Câmara nesse sentido - para prevenir e assegurar a defesa de hipotética conflitualidade com o trabalho dos eleitos ou com a participação dos nossos Municípios.

Antes da intervenção do Plenário, gostaria de dar nota que o que está em causa, de facto, é o Regulamento. A alteração do Regimento parece-nos, a nós Mesa, complementar e não precisa, obrigatoriamente, haver lugar a discussão separada. Daí que a discussão do ponto seja abrangente, mas a votação será feita de forma diferenciada. Uma votação para o Regulamento e, se o Plenário entender ser necessária, a votação da alteração do artigo 4.º do Regimento, que mais não é do que a mera referência à existência do Regulamento das Transmissões.

Assim, abrimos o momento de inscrições. Quem deseja intervir neste ponto?»

Diana Gandarinho - PS: (06':51")

«Quería só dar uma achega à questão da votação em dois tópicos. Vou só acrescentar que isto deveria ter sido um tópico discutido em reunião de líderes. Não temos cá o nosso líder do Grupo Municipal, mas deixo esta nota como algo relevante para uma próxima vez.»

Daniela Alegria - UPF: (07':35")

«Boa Noite a todos. Hoje, em representação do Movimento 'Unir para Fazer' estou aqui para dar nota de dois pontos que consideramos importantes não deixar de sublinhar.

Remetendo ao Ponto 7 da Ordem do Dia, vimos relembrar que a Proposta de Regulamento da Transmissão das sessões de Assembleia Municipal de Ílhavo foi, uma vez mais, redigida sem qualquer articulação, conversa ou proposta para com o Movimento Unir para Fazer. Sucintamente, não houve diálogo!

Ainda que consideremos o respetivo regimento redigido na generalidade com coerência, não podemos deixar, uma vez mais, de deixar bem claro e registado para memória futura, que embora saibamos não ser obrigação legal da Mesa da Assembleia a consulta prévia aos outros líderes de bancada, onde nos incluímos, teria sido, diríamos, elegante e sinal de dever democrático, a prévia consulta das restantes forças políticas, em particular a nossa, e, não querendo com isto dar lições de moral, exorto a Mesa da Assembleia a fazer um exercício de memória, remontando ao dia 26 de Setembro em que o Movimento Unir para Fazer foi a segunda força mais votada para esta Assembleia.

Não podemos aceitar que esta proposta venha de certa forma desrespeitar o regimento em vigor da Assembleia, uma vez que a presente proposta define no seu ponto 3 que a difusão do sinal será feita pela página da Assembleia Municipal da rede social Facebook e o regimento aprovado por unanimidade, no dia 26 de novembro de 2021, refere no n.º2 do artigo 60.º que a transmissão se fará no site do Município e OU outras plataformas digitais. Bem sei que a expressão "OU" permite, em termos formais, a presente proposta, já em termos do espírito do regimento, temos as nossas dúvidas.

Depreendemos que os autores da proposta, ou seja, a Mesa, não considera que deverá ser o site do Município o veículo para a difusão das assembleias, mas sim uma rede social numa página em que a gestão é feita pela própria mesa.

Parece-nos que existe aqui algum medo que o Executivo interfira nestas transmissões. Têm alguma suspeita que tal poderá acontecer?

Parecem-nos suspeições graves que requerem fundamento. O princípio da sã convivência entre órgãos não pode ser colocado em causa, sem motivos.

O sr. Presidente da Mesa tem reiteradamente defendido a autonomia e independência da Assembleia Municipal de Ílhavo, princípio com o qual concordamos perfeitamente e defendemos, mas não nos parece equilibrado que se tente passar uma imagem de desconfiança da Assembleia Municipal de Ílhavo para com o Executivo. A Mesa também representa este Grupo Municipal do Unir para Fazer. Já demos provas de solidariedade e colaboração com a mesa e não cremos, não queremos crer que em democracia, e sendo o bem-estar dos nossos munícipes a única preocupação de um órgão deliberativo, como o é a Assembleia Municipal, seja este o papel secundário que nos querem fazer sentir, não sendo já a primeira vez que a falta de diálogo tem lugar nos assuntos levados à Assembleia Municipal.

Caros Munícipes, caros Eleitos locais, o Unir Para Fazer não se rege por manobras de diversão ou por reações de causa-efeito: mas em tempo e sempre que considerarmos pertinente, cá estaremos para dar prova da nossa posição. Resiliência poderá ser o nosso apelido. Obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (11':25")

«Bem, o que é que eu posso dizer. Posso dizer que este documento foi elaborado pela Mesa em coordenação com o Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal, tendo como desenvolvimento, tendo como base desenvolvimentos realizados já pela CIRA, aliás, situações que já estão a ser adaptadas noutros Municípios. A Mesa não achou necessário falar sobre este tema que é apenas uma adaptação do documento. Foi assim que procedeu, bem ou mal. Não tenho mais nada a dizer.»

Margarida Alves - PSD: (12':30")

«Boa noite a todos. Eu acho que mais importante do que trazer qualquer coisa escrita, cabe aqui um aditamento. Não podemos dizer que este assunto não foi falado na conferência de líderes, porque foi falado quando foi na altura da elaboração do regimento, que as Sessões da Assembleia Municipal, à semelhança do mandato anterior em que houve Assembleias Municipais gravadas, não foi em streaming porque não foi possível. Temos que ser corretos naquilo que estamos a dizer porque eu estava cá, vi, assisti e intervi como elemento desta Assembleia Municipal. É um ajustamento ao Regimento, em direto e online através da internet - e eu acho que sito é claro - no site ou noutras plataformas digitais, nos perfis ou páginas da Assembleia Municipal, nas redes sociais salvaguardando as condições estipuladas no Regulamento das Transmissões da Assembleia Municipal de Ílhavo. E isto, sim é que é importante salvaguardar por causa da proteção de dados - não é apenas uma lei portuguesa, como sabemos. E no ponto 3, também igualmente a gravação e edição para posterior emissão online no site ou noutras plataformas digitais, nos perfis ou páginas da Assembleia

Municipal. E também se lê, no ponto 7, e eu acho que temos que ser corretos, não é 'e' ou 'ou', é mesmo o que está escrito no artigo 3.º, ponto 1: "os meios de captação de áudio e de vídeo das Sessões da Assembleia Municipal deverão ser da responsabilidade da Câmara Municipal de Ílhavo". Ponto final. Não sei porque é que dizem que o Município não está aqui implicado.

Da mesma forma que estas são gravadas, é da responsabilidade da Câmara Municipal que se disponibilizou a facultar os meios para que nós possamos ter uma Assembleia Municipal mais próxima do cidadão.

A mim o que me preocupava era a proteção de dados. Com certeza que o Sr. Presidente da Câmara saberá muito bem o que vem aí no processo de desburocratizar e agilizar a proximidade com as populações, este é mais um meio para lá chegarmos, para as pessoas nos ouvirem.

Agora, dizerem que os órgãos estão um contra o outro. Não. Há um órgão executivo e um deliberativo. Nós somos livres de dar a nossa opinião, de fazermos fiscalização o trabalho do Executivo, com sentido de responsabilidade, mas também transmitir às pessoas. Isto não é inédito, também já aconteceu. Não acho que há aqui qualquer divisão, nem egocentrismo de ninguém. Porque é a imagem e todos nós, não será só a da Mesa. Nós é que iremos intervir, discutir os assuntos e colocar as questões ao Executivo camarário. Muito obrigada.»

Pinto Reis - UPF: (16:48")

«Apenas um esclarecimento. Neste regulamento é dito que a transmissão é feita através da página do Facebook e não através do site do Município.

Caros munícipes, caros autarcas.

Com a aprovação do presente regulamento ficaremos preparados para que a transmissão em direto das nossas reuniões sejam uma realidade.

Ao contrário da ideia que tentam passar, o 'Unir Para Fazer' anseia por esta nova realidade. A transmissão em direto que este regulamento permite dará aos munícipes a oportunidade de terem a noção da forma com a Mesa dispensa a participação do 'Unir Para Fazer' na elaboração de propostas que poderiam e deveriam ser concertadas entre todos, como é o caso da elaboração do regulamento e a alteração ao Regimento propostas e que não foram faladas connosco.

Queremos que os munícipes testemunhem, em direto ou posteriormente, as atitudes de todos, e da Mesa em particular, que, por vezes, roçam a ilegalidade, como quando apresentam a esta Assembleia propostas de voto de louvor que, para além de não se enquadrarem nas suas competências, têm uma leitura política bem determinada.

E ainda, quando a Mesa se julga com competências para elaborar comunicados, sobre as posições dos partidos ou movimentos representados nesta Assembleia, como aconteceu com a reação ao comunicado do CHEGA que, inclusive, fez publicar no site do Município.

Apesar de parecerem ser, aparentemente inócuos, estes documentos, a aprovação destes terá um papel transformador na Assembleia Municipal. os munícipes terão a oportunidade de acompanhar as reuniões da Assembleia Municipal para que tenham a noção, sem qualquer filtro, voluntário ou involuntário, de qualquer intermediário da realidade vivida nesta Assembleia, em que a demagogia permite que se nomeiem documentos como é o exemplo do famoso protocolo do Feriado Municipal que ainda ninguém o exibiu, mas que todos falam à boca cheia.

Poderão, ainda, os munícipes assistir às declarações daqueles que consideram tratar os munícipes por ilhavenses e gafanhões, que é um sinal de divisionismo e não de respeito pela especificidade de cada um.

Vão ser públicas e notórias as intervenções de todos. Todas as intervenções, sem exceção, sem terem que passar pelo crivo da comunicação social que tem a sua própria

visão dos acontecimentos. Este regulamento cria condições finais para que não seja necessário ter provas do que se disse ou do que se fez, até porque as mesmas serão públicas, provas da atitude provocatória e também de legitimidade duvidosa da Mesa quando utiliza uma comunicação final sem direito a resposta ou contestação, tal como aconteceu na reunião do dia 4 de março para fazer ultimatums ao Executivo e passar informações sobre as suas decisões de intervir nas redes sociais. Advertindo a Mesa, na altura, que a sua comunicação e decisão não carecia de apreciação, nem de votação. Leitura curiosa tem a Mesa sobre o seu papel e dos restantes eleitos nesta Assembleia. Já demos provas de que somos parte de um todo e que somos capazes de participar em soluções coletivas. Teimarem em não nos convocarem, não usarem a Conferência de Líderes é um desrespeito pelos eleitores que representamos.

Esta proposta pretende colher os hipotéticos benefícios de liderar a implementação das transmissões online das Assembleias, mas transfere para a Câmara os constrangimentos e as responsabilidades de dados pessoais, como é evidente pelo parágrafo 4 da declaração a assinar pelos intervenientes do público, que está anexa a este regulamento.

Ora assim é fácil. Queremos colher os benefícios e os outros que suportem os custos e os riscos.

Caros Municípios e Caros Autarcas.

A apresentação desta proposta, sem a discussão prévia sem uma Conferência de Líderes é mais um sinal de que o PS e o PSD, não pretendem que participemos na construção de melhores soluções, mas esperam e exigem que tenhamos com eles um comportamento diferente.

Pretende-se que a Câmara assuma a responsabilidade com a gestão dos dados pessoais dos intervenientes na Assembleia Municipal ao abrigo do RGPD, mas não fica claro - penso que agora, pelas palavras do Sr. Presidente já fica mais claro - que houve alguma concertação nesta situação.

Resumindo, mais uma vez o PS e o PSD impõem os regulamentos e regimentos que outros vão ter que executar.

Resumidamente esperamos que tenham assegurado a aprovação destes documentos, uma vez que nós votaremos contra.

Votaremos contra pelo desvirtuar do Regimento, como já sublinhou a Daniela Alegria, mas também em protesto por esta atitude repetida de desconsideração para com o segundo maior Grupo da Assembleia Municipal, que tem tantos elementos eleitos como o primeiro. E ainda pela atitude provocatória face ao 'Unir Para Fazer' e ao Executivo camarário.

Caro Presidente, caros Secretários. Nada nos move pessoalmente, até porque temos, por vós, respeito, consideração e simpatia. Mas, provavelmente, estão os Srs. mal aconselhados. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (22':06")

«Eu não sei o que lhe diga. Apenas lhe posso dizer uma coisa. Os Srs. vão votar contra, eu não sei o que é que os outros partidos vão votar. Eu espero que esta proposta passe, seja aprovada, e é com bastante alegria que a partir da Sessão de junho poderemos levar o nosso trabalho, o nosso depoimento, as nossas políticas, aquilo que queremos partilhar com as pessoas até às suas casas.

Só estamos aqui para levar mais longe aquilo que, normalmente, fazemos aqui entre quatro paredes, de uma forma isenta e transparente. E que isto fique claro. Isento e transparente. É só isso que eu quero dizer. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (22':50")

«Vamos então proceder à Aprovação do Ponto 7 da Ordem do Dia: Apreciação e votação da proposta de Regulamento das Transmissões da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

A proposta de Regulamento das Transmissões da Assembleia Municipal de Ílhavo foi **Aprovada por Maioria**, com 17 votos a Favor, 8 votos Contra e zero Abstenções.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (23':38")

«Vamos agora votar a segunda parte do Ponto 7: Alteração do n.º 2 e n.º 3 do artigo 60.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

A proposta de Alteração do n.º 2 e n.º 3 do artigo 60.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo foi **Aprovada por Maioria**, com 17 votos a Favor, 8 votos Contra e zero Abstenções.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (24':25")

«Muito bem. A Mesa, enquanto subscritora da proposta, gostaria de fazer a seguinte declaração. Porque a Mesa pode fazer declarações.

Com a apreciação e votação desta proposta de Regulamento das Transmissões da Assembleia Municipal de Ílhavo, por maioria, a Mesa da Assembleia acredita estarem reunidas as condições de enquadramento legal para que sejam iniciadas as transmissões streaming das sessões da Assembleia Municipal de Ílhavo, através da nossa página de Facebook, a qual conta hoje com quase mil seguidores, em apenas dois meses de atividade. Importa lembrar, aqui, o compromisso da Câmara Municipal para, num prazo de 6 meses, providenciar as condições logísticas necessárias para a consequente transmissão online das nossas reuniões.

Acreditamos que tal compromisso será cumprido e que o mês de junho registará o início das transmissões que irão potenciar uma difusão do nosso trabalho neste Órgão Autárquico, a casa, por excelência, da democracia, para a qual fomos eleitos. Muito obrigado.»

Intervenção extra Ordem dos Trabalhos.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (25':32")

«Iria, agora, dar os três minutos ao elemento do CHEGA, Sérgio Louro, conforme decisão a Mesa, ratificada pelo Plenário. Peço-lhe que cumpra os três minutos, está bem?»

Sérgio Louro - CHEGA: (25':48")

«Obrigado, Sr. Presidente. Tomo a palavra para fazer alguns comentários relativamente às apreciações dos colegas, das intervenções do passado dia 4 de março, onde eu não estive presente. No entanto, tive a oportunidade de ouvir as intervenções na Rádio Terra Nova.

Quando entrei para esta aventura tinha a ideia que o papel do eleito local é apreciar os pontos em discussão, fiscalizar e, depois, deliberar. E, porque não, trazer também problemas que não são conhecidos do Executivo. E, porque não, fazer propostas para possíveis soluções para alguns problemas conhecidos. Cabe, depois, ao Executivo decidir se vai executar ou não, decidir as prioridades. Mas penso que este papel é de

melhoria contínua das condições que todos nós sentimos, porque todos nós acabamos por morar aqui.

Fico preocupado quando o partido que represento é imediatamente rotulado de partido antidemocrático ou de partido que traz propostas discriminadoras.

Tenho a certeza e a convicção de que, em política, não há muitas medidas ou deliberações que agradem a gregos e a troianos, como popularmente se diz. Mas entendemos que é sempre melhor uma má medida do que nenhuma medida. Depois de ponderarmos vários caminhos possíveis para o problema das crianças do Município não terem aulas nas piscinas, achamos um possível caminho com uma simples alteração do Regulamento da Utilização dos Equipamentos Municipais, que não acarreta qualquer custo ao contribuinte, é possível resolver a situação. Nunca excluimos a possibilidade de outros utilizadores fora do Município utilizarem a piscina. Apenas recomendamos que o Regulamento fosse alterado por forma a dar prioridade aos de cá. E depois, se existirem vagas devem ser utilizadas por pessoas de Municípios vizinhos.

Ficámos foi muito surpreendidos de nenhuma outra força política apresentar outras propostas, com exceção de uma conversa particular que tive com a Diana em que a Diana me disse que, se calhar, precisamos de outra piscina. E porque não? Se calhar até precisamos de outra piscina. É uma solução. Depois cabe ao Executivo decidir o que quer fazer ou não quer fazer.

Vou já concluir.

Tivemos intervenções do Sr. Pedro Martins, da Margarida Alves e da Daniela Alegria.

O deputado Pedro Martins disse que a proposta de quem vem não pode prestar. Só faltou dizer que eu não presto, não é? E que é anticonstitucional. Eu até admito que o Sr. até tenha razão. [interrupção da Mesa]»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (29:10")

«Sérgio. Tem que concluir, está bem? Eu avisei que dispunha apenas de 3 minutos, tal como o que o Regimento estabelece para a Defesa da Honra.»

Sérgio Louro - CHEGA: (29:14")

«O Plenário permite-me que eu me alargue mais dois minutos para eu terminar?»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (29:20")

«Não é o Plenário, Sérgio.»

Sérgio Louro - CHEGA: (29:22")

«Eu tenho visto aqui outros colegas a utilizarem mais tempo.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (29:25")

«Sérgio. Isto não está contemplado. A Mesa foi compreensiva e cedeu-lhe três minutos. Eu avisei no início da reunião.»

Sérgio Louro - CHEGA: (29:34")

«Muito bem. Eu vou terminar. Relativamente à colega Margarida que teve hoje a oportunidade de mostrar o que é ser antidemocrático. Antidemocrático é não conseguir conviver com as ideias dos outros.

Teve um exemplo infeliz. Se chegarmos ao Hospital de Aveiro também podemos não ser atendidos. Esqueceu-se é que não é o Hospital de Aveiro, é o Hospital Distrital de Aveiro ou mais concretamente o Hospital do Baixo Vouga.

Pronto. Termino.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (29':30")

«Há alguém que queira algum esclarecimento, fazer alguma interpelação ou defesa da honra? Não? Muito bem.

Eu só queira agradecer a colaboração, hoje, do Domingos Vilarinho, mas antes de encerrarmos a Sessão, eu pedia-lhe que leia a Ata em Minuta para que esta sirva de suporte legal e de prova factual para a elaboração do Edital com as Deliberações.»

Depois de lida, não se verificando quaisquer intervenções, a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata. (32':52")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:30 horas do dia 14 de maio de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário redator



Miguel Pedro Araújo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, em Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Ponto 3. Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01FEV22 a 31MAR2022.

O documento foi **APRECIADO**.

Ponto 5. Proposta de celebração de “Protocolos de Colaboração e Concessão de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para 2022”.

Aprovado por **UNANIMIDADE**.

Ponto 6. Relatório do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2021.

Deliberado **TOMAR CONHECIMENTO**.

Ponto 7. Transmissões online das Sessões da Assembleia Municipal.

- a) Proposta de Regulamento da Transmissão em Direto das Sessões da Assembleia Municipal. Aprovada por **MAIORIA**.
- b) Proposta de Alteração do n.º 2, do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo. Aprovada por **MAIORIA**.

*Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata respeitante a esta ~~primeira~~^{2ª} reunião da Sessão Ordinária de Abril, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE***

O Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário redator

Miguel Pedro Araújo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Abril de 2022 da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Esta Sessão foi repartida por 2 reuniões, correspondendo o seguinte mapa de registo à validação das presenças na 2.ª Reunião (13 de maio de 2022).

Sessão Ordinária de Abril - 13 de maio de 2022

2.ª reunião

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves	PSD (30 dias)		X
João Pedro Ribau Casqueira	UPF		X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho	PS		X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho	PS		X
Daniela Ribeiro Alegria	UPF		X
Sérgio Louro	CHEGA		X
António Pedro Oliveira Martins	PS		X
Cláudia Cristina Fernandes Reigota	UPF		X
André Filipe Casqueira Guimarães	PSD		
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas	UPF		X
António José Flor Agostinho	PSD		X
Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo	PS		
Pedro Miguel Cristo Graça	UPF		
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário	PSD		X
Modesto Manuel dos Santos	PS (365 dias)		
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões	UPF		
Hugo Filipe Casqueira Coelho	PSD		
José Manuel Figueiredo Pinto Reis	UPF		X
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
Irene Maria Ribau Esteves Tavares	PSD		X
Pedro José Catarino Senos Troia	PS		
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos	PSD		X
EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		X
SUBSTITUIÇÕES			

Sara Marina Tomé Fernandes (substitui Hugo Filipe Casqueira Coelho)	PSD		X
Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso (substitui André Filipe Casqueira Guimarães)	PSD		X
Mariana Silva Lopes (substitui Ana Raquel Gomes São Marcos Simões)	UPF		X
Rui Manuel da Rocha Rufino (substitui Pedro Miguel Cristo Graça)	UPF		X
Alfredo Joaquim Alves de Sousa (substitui Pedro José Catarino Senos Tróia)	PS		X
Sónia Alexandra Fernandes Gomes (substitui Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo)	PS		X
Gabriel de Almeida Fernandes (substitui Modesto Manuel dos Santos)	PS		X

Mandato suspenso (365 dias a partir de 26 de janeiro de 2022): Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Mandato suspenso (30 dias a partir de 29 de abril de 2022): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD) - (acumulado 60 dias)

Ílhavo, 13 de maio de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.

Unidade de Apoio à Assembleia Municipal

Miguel Pedro Araújo

